

Primav Infraestrutura S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Primav Infraestrutura S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Primav Infraestrutura S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Primav Infraestrutura S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras, estão ocorrendo investigações pelo Ministério Público Federal e determinadas denúncias que envolvem duas controladas indiretas da Companhia. Em função dessas denúncias, o Conselho de Administração da controlada direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. instalou Comitê Independente para realizar as investigações internas pertinentes. Esse trabalho foi concluído e o seu resultado, combinado com a opinião dos assessores jurídicos externos da controlada direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., neste momento, inconclusivos. Consequentemente, não obtivemos evidências de auditoria suficientes para concluir sobre possíveis efeitos nas demonstrações financeiras e nas divulgações adicionais que poderiam ser requeridas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas direta e indiretas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

a) Reconhecimento da receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, que determinam que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita de cada concessionária com base no tráfego das rodovias. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando este contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria visando confirmar o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos desenhados pela Companhia e relevantes para captura, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação; (ii) envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e avaliar os controles sistêmicos existentes (iii) recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes de acordo com o poder concedente, para avaliação da exatidão e ocorrência das receitas e (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio é aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

b) Avaliação do risco de redução do ágio ao seu valor recuperável - Ágio Ecoporto

A Administração testa anualmente a redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura referente à controlada indireta Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto") ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Considerando este contexto, esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao processo de avaliação ser complexo, envolver um grau significativo de julgamento por parte da Administração e basear-se em premissas que são afetadas por condições esperadas pela evolução das operações da Ecoporto, assim como pelas por condições futuras de economia e do mercado.

Nossos principais procedimentos de auditoria visando confirmar a adequada avaliação do risco de redução do ágio da Ecoporto ao seu valor recuperável incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas para avaliar a razoabilidade da taxa de desconto adotada no laudo de avaliação do valor em uso da Ecoporto, preparado pela Administração em conjunto com especialistas externos, assim como a acuracidade matemática do modelo e a razoabilidade das premissas macroeconômicas utilizadas pela Administração; (ii) a avaliação do desenho e operação dos controles internos relevantes implementados para a avaliação do risco de redução do ágio da Ecoporto ao seu valor recuperável; (iii) análise e desafios sobre a razoabilidade das principais premissas de geração de caixa, com base em documentação apropriada e suficiente para suportar tais premissas utilizadas pela Administração. Adicionalmente, avaliamos a adequação das respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que as avaliações do risco de redução do ágio da Ecoporto ao seu valor recuperável, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

c) Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 4, e nº13.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas e (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 22 de fevereiro de 2018, sem ressalvas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas direta e indiretas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas direta e indiretas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas direta e indiretas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas direta e indiretas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas direta e indiretas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

PRIMAV INFRAESTRUTURA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	12/31/2018	31/12/2017	12/31/2018	31/12/2017		explicativa	12/31/2018	31/12/2017	12/31/2018	31/12/2017
ATIVO						PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	106.363	34.962	2.756.852	1.642.941	Fornecedores	-	56	100.708	89.600	
Títulos e valores mobiliários	8	-	-	61.521	60.234	Empréstimos e financiamentos	15	-	81.029	74.658	
Clientes	9	-	-	138.338	148.954	Debêntures	16	140.213	97.926	1.557.512	1.172.784
Partes Relacionadas	17	-	-	186	583	Impostos, taxas e contribuições a recolher		27	13	64.732	36.088
Tributos a recuperar		614	246	101.371	56.757	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	65.572	67.677
Despesas antecipadas		-	15	8.112	7.992	Dividendos a pagar		37.616	22.507	37.626	22.515
Ativos mantidos para venda	6.b)	-	-	80.502	231.916	Partes relacionadas	17	-	16	19.881	15.610
Venda de participação Eloq S.A.		-	-	13.215	-	Obrigações com poder concedente	20	-	-	10.608	13.488
Outros créditos		<u>1</u>	-	<u>35.405</u>	<u>21.234</u>	Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	-	45.091	24.551
Total do ativo circulante		<u>106.978</u>	<u>35.223</u>	<u>3.195.502</u>	<u>2.170.611</u>	Provisão para manutenção	18	-	-	79.074	90.503
NÃO CIRCULANTE						Provisão para construção de obras futuras	19	-	-	71.841	57.568
Títulos e valores mobiliários	8	-	-	15.809	9.602	Passivos mantidos para venda	6.b)	-	-	6.059	189.798
Tributos diferidos	14.a)	-	-	148.437	116.709	Outras contas a pagar		-	-	<u>46.581</u>	<u>25.251</u>
Depósitos judiciais	10	-	-	189.732	188.470	Total do passivo circulante		<u>177.856</u>	<u>120.518</u>	<u>2.186.314</u>	<u>1.880.091</u>
Despesas antecipadas		-	-	13.713	13.801	NÃO CIRCULANTE					
Venda de participação Eloq S.A.		-	-	69.848	-	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	564.712	508.710
Outros créditos		-	-	28.925	8.668	Debêntures	16	658.500	790.200	6.103.968	5.130.590
Investimentos:						Tributos diferidos	14.a)	-	-	22.666	16.767
Em controladas e coligadas	11	423.262	434.366	13.532	14.975	Obrigações com Poder Concedente	20	-	-	764.830	-
Ágio	11	1.276.882	1.318.882	-	-	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	22	-	-	186.865	199.458
Imobilizado	12	-	-	523.532	537.891	Provisão para manutenção	18	-	-	241.401	179.121
Intangível	13	-	-	<u>7.219.944</u>	<u>6.122.400</u>	Provisão para construção de obras futuras	19	-	-	25.026	7.698
Total do ativo não circulante		<u>1.700.144</u>	<u>1.753.248</u>	<u>8.223.472</u>	<u>7.012.516</u>	Outras contas a pagar		-	-	<u>121.839</u>	<u>48.968</u>
						Total do passivo não circulante		<u>658.500</u>	<u>790.200</u>	<u>8.031.307</u>	<u>6.091.312</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	23.a)	803.004	803.004	803.004	803.004
						Reserva de lucros		10.652	4.738	10.652	4.738
						Reserva de capital - plano de opções com base em ações		2.033	1.883	2.033	1.883
						Reserva Dividendos ações em tesouraria		1.636	603	1.636	603
						Reserva de capital		5.616	-	5.616	-
						Dividendos adicionais propostos	23.d)	<u>147.825</u>	<u>67.525</u>	<u>147.825</u>	<u>67.525</u>
								970.766	877.753	970.766	877.753
						Atribuído à participação dos acionistas:					
						Controladores		970.766	877.753	970.766	877.753
						Não controladores no Patrimônio	23.c)	-	-	<u>230.587</u>	<u>333.971</u>
						Total do patrimônio líquido		970.766	877.753	1.201.353	1.211.724
TOTAL DO ATIVO						Total do passivo e patrimônio líquido					
		<u>1.807.122</u>	<u>1.788.471</u>	<u>11.418.974</u>	<u>9.183.127</u>			<u>1.807.122</u>	<u>1.788.471</u>	<u>11.418.974</u>	<u>9.183.127</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRIMAV INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/31/2018	12/31/2017	12/31/2018	12/31/2017
RECEITA LÍQUIDA	24	-	-	3.169.267	3.066.359
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	25	-	-	(1.780.015)	(1.647.327)
LUCRO BRUTO		-	-	1.389.252	1.419.032
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	25	(938)	(1.179)	(283.747)	(293.412)
Resultado de equivalência patrimonial	11	240.253	247.968	(1.444)	(1.126)
Amortização de investimento - ágio	11	(42.000)	(43.852)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas		-	-	17.077	13.613
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		197.315	202.937	1.121.138	1.138.107
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	2.544	1.424	237.174	124.302
Despesas financeiras	26	(81.581)	(117.335)	(776.956)	(695.647)
		(79.037)	(115.911)	(539.782)	(571.345)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		118.278	87.026	581.356	566.762
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	14.b	-	-	(327.911)	(326.516)
Diferidos	14.b	-	-	25.829	14.463
		-	-	(302.082)	(312.053)
RESULTADO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		118.278	87.026	279.274	254.709
RESULTADO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADA		-	-	(18.505)	(7.653)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		118.278	87.026	260.769	247.056
Atribuível a:					
Participação dos acionistas controladores		118.278	87.026	118.278	87.026
Participação dos acionistas não controladores		-	-	142.491	160.030
		118.278	87.026	260.769	247.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRIMAV INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	<u>12/31/2018</u>	<u>12/31/2017</u>	<u>12/31/2018</u>	<u>12/31/2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	118.278	87.026	260.769	247.056
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>118.278</u>	<u>87.026</u>	<u>260.769</u>	<u>247.056</u>
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia	118.278	87.026	118.278	87.026
Acionistas não controladores	-	-	142.491	160.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRIMAV INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Atribuível aos acionistas da Companhia						Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Reserva legal	Reserva lucros	Reserva Dividendos Ações em Tesouraria	Reserva de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria	Lucros acumulados			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	803.004	387	7.357	-	1.124	-	811.872	252.626	1.064.498
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	87.026	87.026	160.030	247.056
Constituição da Reserva Legal	-	4.351	-	-	-	(4.351)	-	-	-
Dividendos ações em tesouraria	-	-	-	603	-	-	603	-	603
Dividendos obrigatórios	-	-	(1.838)	-	-	(20.669)	(22.507)	-	(22.507)
Dividendo adicional proposto	-	-	62.006	-	-	(62.006)	-	-	-
Dividendos distribuídos minoritários	-	-	-	-	-	-	-	(83.323)	(83.323)
Aporte de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	4.638	4.638
Opções de ações outorgadas reconhecidas	-	-	-	-	759	-	759	-	759
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	803.004	4.738	67.525	603	1.883	-	877.753	333.971	1.211.724
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	118.278	118.278	142.491	260.769
Constituição da Reserva Legal	-	5.914	-	-	-	(5.914)	-	-	-
Dividendos ações em tesouraria	-	-	-	1.033	-	-	1.033	-	1.033
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(28.092)	(28.092)	-	(28.092)
Dividendo adicional proposto	-	-	84.272	-	-	(84.272)	-	-	-
Alienação/Aquisição de participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	5.616	-	5.616	(103.420)	(97.804)
Opções de ações outorgadas reconhecidas	-	-	-	-	150	-	150	86	236
Pagamento de dividendos	-	-	(3.972)	-	-	-	(3.972)	(142.541)	(146.513)
Constituição de reserva de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	803.004	10.652	147.825	1.636	7.649	-	970.766	230.587	1.201.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRIMAV INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	12/31/2018	12/31/2017	12/31/2018	12/31/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	118.278	87.026	279.274	254.709
Operações descontinuadas líquido de caixa	-	-	(120.993)	(65.813)
Ativos e Passivos indenizatórios das operações descontinuadas	-	-	3.494	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	-	-	498.054	486.843
Amortização de investimento - ágio	42.000	43.852	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(240.253)	(247.968)	1.443	1.126
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	-	2.015	143
Capitalização de juros	-	-	(27.680)	(18.472)
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	-	-	8.494	7.886
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	81.442	117.267	657.796	591.341
Variação monetária com poder concedente	-	-	(50)	(1.220)
Obrigações com poder concedente	-	-	61.183	54.177
Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	-	-	143.014	118.627
Receita sobre títulos e valores mobiliários	-	-	(4.668)	(6.715)
Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	-	-	31.329	34.770
Constituição de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-	-	3.219	8.393
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-	-	8.513	20.849
Levantamento dos depósitos judiciais	-	-	11.404	5.401
Prêmio de opção com base em ações	-	-	150	759
Atualização monetária aquisição participação	-	-	1.730	-
Atualização monetária dos depósitos judiciais	-	-	(3.252)	(10.580)
Provisão para Imposto de renda e contribuição social	-	-	327.911	326.516
Tributos diferidos	-	-	(25.829)	(14.463)
Variação nos ativos operacionais:				
Clientes	-	-	8.601	5.693
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-
Transações com partes relacionadas	-	-	397	-
Tributos a recuperar	(368)	(246)	(44.614)	4.125
Despesas antecipadas	15	-	(32)	(3.459)
Depósitos judiciais	-	-	(9.414)	(9.278)
Outros créditos	-	(6)	(13.105)	(8.203)
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(56)	(72)	11.108	12.846
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	(2.105)	8.534
Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	(2)	28.644	1.512
Partes relacionadas	-	7	4.271	8.271
Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-	-	(24.325)	(16.295)
Outras contas a pagar	-	-	36.972	23.134
Pagamentos de manutenção e construção de obras futuras	-	-	(120.858)	(158.471)
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-	-	(307.371)	(335.166)
Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-	-	(47.267)	-
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais	<u>1.071</u>	<u>(142)</u>	<u>1.377.453</u>	<u>1.327.520</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aporte de capital	-	-	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(739.670)	(608.498)
Dividendos	257.123	150.383	-	-
Dividendos de ações em tesouraria	-	603	1.033	603
Dividendos minoritários	-	-	-	4.638
Efeito de pagamento /recebimento por venda da Eloq	-	-	(8.106)	-
Alienação participação dos acionistas não controladores	-	-	-	(83.323)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>257.123</u>	<u>150.986</u>	<u>(746.743)</u>	<u>(686.580)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-	-	(19.444)	(71.910)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(2.826)	6.006
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	2.010.117	1.595.190
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(83.055)	-	(757.850)	(537.998)
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-	-	-	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital o próprio	(15.922)	-	(257.212)	-
Juros pagos	(87.800)	(123.745)	(489.584)	(586.654)
Partes Relacionadas	(16)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(186.793)</u>	<u>(123.745)</u>	<u>483.201</u>	<u>404.634</u>
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
	<u>71.401</u>	<u>27.099</u>	<u>1.113.911</u>	<u>1.045.574</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	34.962	7.863	1.642.941	597.367
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	106.363	34.962	2.756.852	1.642.941
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
	<u>71.401</u>	<u>27.099</u>	<u>1.113.911</u>	<u>1.045.574</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRIMAV INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Primav Infraestrutura S.A. ("Primav", "Primav Infraestrutura" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado. A Companhia foi constituída em 1º de outubro de 2014, sob a denominação H.L.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. Em 15 de janeiro de 2016, a Companhia alterou sua denominação para Primav Infraestrutura S.A. e seu objeto social para a execução e a exploração de todas as áreas de engenharia e da construção especialmente, mas não se limitando a, comercialização de imóveis próprios fora da faixa de fronteira, a exploração e execução de projetos e serviços da indústria da construção civil, a exploração, direta ou indireta, de negócios de concessão de obras e serviços públicos em suas diversas modalidades, locação de veículos automotores e a participação como sócia, acionistas ou quotista de outras sociedades. A sede da Companhia fica localizada na Rua Eduardo Souza Aranha, 387, 1º andar - parte, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Em 3 de maio de 2017, a acionista IGLI S.P.A adquiriu a totalidade das ações preferenciais detidas por Primav Construções e Comércio S/A na Companhia, passando a ser detentora das 230.995.140 ações preferencias, representando 50% e 100% do total de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 11.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem o controle obtido quando a Companhia estiver exposta, tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida, que correspondem na Companhia como coligada e operação em conjunto ou *joint venture*.

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Joint venture é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

Os investimentos da Companhia em sua coligada e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

	31/12/2018	31/12/2017	Atividade principal
<u>Controladas diretas:</u>			
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	64%	64%	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionistas.
Monotrilho Linha 18 Bronze	55%	55%	Exploração pelo regime de concessão para prestar serviços públicos de transporte de passageiros com tecnologia monotrilho.
<u>Controladas indiretas: via EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.</u>			
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	100%	100%	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além da prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
EIL01 Participações S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Ecoporto Santos S.A.	100%	100%	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	100%	100%	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
ELG-01 Participações Ltda.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL04 S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL02 S.A. (100% até setembro de 2018)	-	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL03 S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	100%	-	Em fase pré-operacional, tendo como objetivo futuro a exploração sob o regime de concessão do sistema rodoviário Ponte Rodoanel Norte.
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Atividade principal</u>
<u>Controladas em conjunto (joint venture):</u>			
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	20%	20%	Exploração do Contorno Metropolitano Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Atividade principal</u>
<u>Controladas indiretas: via EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.</u>			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%	Opera mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão.
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%	Exploração sob regime de concessão do Lote 006 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100%	100%	Exploração sob regime de concessão do Lote 003 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (90% até fevereiro/2018)	100%	90%	Exploração sob regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Atividade principal</u>
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (58% até agosto/2018)	100%	58%	Exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA.
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. -Ecoponte	100%	100%	Exploração da concessão da rodovia BR-101/RJ – Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) – Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) “Ponte Rio-Niterói”.
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.	100%	-	Exploração sob regime de concessão do Lote de rodovias do Estado de Minas Gerais.
EIL02 S.A. (a partir de outubro/2018)	100%	-	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.

Em 28 de setembro de 2018, sua controlada direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A, transferiu a totalidade das ações detidas do capital social da EIL02 S.A. para sua controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., por meio de alienação, da totalidade de suas 3.300 (três mil e trezentas) ações, representativas de 100% do capital social da EIL02 pelo valor de R\$2.045,38 (dois mil e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos).

2.3. Contratos de Concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade:

I) Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Explora o Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, e é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigera até junho de 2026.

II) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Administra conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 143,5 km de extensão. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigera até junho de 2039.

III) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Explora 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia BR-277, km 60,5. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigera até novembro de 2021.

IV) Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Explora o trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo Estado. O prazo de duração do contrato de concessão é de 24 anos. Contrato, foi contabilizado como ativo intangível, vigera até novembro de 2021.

V) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

Explora pelo regime de concessão denominado Polo Rodoviário de Pelotas, as seguintes rodovias e trechos: BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Camaquã, em uma extensão de 123,4 km; BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Jaguarão, em uma extensão de 137,1 km; BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Rio Grande, em uma extensão de 68,4 km e BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Santana da Boa Vista, em uma extensão de 128,4 km. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigera até março de 2026.

VI) ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ. A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigera até maio de 2038.

VII) Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte

Em 18 de maio de 2015 a Companhia, através de sua controlada Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da Infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015, da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha). O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigera até junho de 2045.

VIII) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPAC, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. O Ecoporto Santos requereu a prorrogação antecipada do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente, cujo processo administrativo deverá continuar a tramitar nos respectivos órgãos. No que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o

disposto na legislação e regulamentação setorial (art. 57 da Lei nº 12.815/2013, Decreto 8.033/2013, conforme alterados, Portaria nº 349/2014 da SEP e Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ), sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. Em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de reconhecimento do direito de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da regulamentação setorial, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção das atividades será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. As duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104 (1ª Vara Federal da Subseção de Santos) foram encerradas e extintas. Foi homologado Termo de Acordo Judicial firmado entre Ministério Público Federal da 3ª Região, Companhia Docas do Estado de São Paulo, Ecoporto Santos S.A., Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e Município de Santos - MTPAC, por meio do qual se pôs fim a discussão relativa à validade do Contrato e seus aditivos. O acordo significa a estabilização do contrato de arrendamento e a necessária manutenção dos serviços públicos portuários prestados pelo Ecoporto. Há decisões proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

IX) Concessionária do Monotrilho da Linha 18 – Bronze S.A.

Em 24 de setembro de 2018, a Companhia, assinou contrato aditivo ao contrato de prestação de serviços públicos de transporte de passageiros da linha 18 – Bronze da rede metrorviária de São Paulo, com tecnologia de monotrilho, contemplando implantação, operação, conservação e manutenção.

O Poder Concedente e a concessionária identificaram através da estrutura financeira do fluxo de aporte de recursos a favor da concessionária, que demandaria tempo maior do estimado, razão pela qual em seis oportunidades conduziram para sua prorrogação. De acordo com o 5º aditivo, o prazo adicional de 12 meses foi até 22 de novembro de 2018.

O prazo de vigência do Contrato de Concessão é de 25 anos, condicionado à estruturação financeira do Poder Concedente e à aprovação do financiamento a longo prazo da concessionária.

Encontra-se em trâmite junto ao Governo do Estado de São Paulo o 6º aditivo que prorroga o prazo até 02 de novembro de 2019.

X) ECO135 Concessionária de Rodovias S.A.

Foi constituída em 18 de abril de 2018, tendo por objeto social, único exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km

63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km, perfazendo uma extensão total de 363,95km, bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela concessionária. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 2048. O início da cobrança de pedágio está prevista para 01 de abril de 2019.

XI) Concessionária do Rodoanel Norte S.A. – Ecorodoanel

Foi constituída em 20 de fevereiro de 2018, tendo por objeto social, único exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote Rodoanel Norte entre os municípios de Guarulhos e São Paulo, localizada na Rodovia dos Imigrantes, S/N, 1º andar, Sala 01, Bairro Alvarenga – São Bernardo do Campo – SP. O trecho do Rodoanel Norte possui 46 km. A companhia está em fase pré-operacional, aguardando a assinatura do contrato de concessão.

2.4. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas:

a) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas diretas e indiretas quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 26).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e suas controladas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

d) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

e) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

g) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

h) Ativos e passivos mantidos para venda

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de fluxo de caixa são apresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo, tendo sido por isso incluída a observação "reclassificado" nos demonstrativos comparativos.

A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizados ou depreciados.

O resultado de operação descontinuada é apresentado em um montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o Imposto de Renda e Contribuição Social destas operações.

i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2018 pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*”, foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros (i)	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável “ <i>impairment</i> ”, contabilização de “ <i>hedge</i> ”, entre outros.	Aplicação em exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, com alteração na classificação de seus ativos e passivos financeiros.
IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes (k)	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.	A Companhia identificou impactos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS 15, em relação aos serviços nos segmentos de concessões de rodovias, portos e logísticas. A Companhia identificou novas exigências de apresentação relativas as reclassificações de contraprestação variável, abatimento por volume, como resultado houve uma reclassificação no segmento de portos pelo IFRS 15, os ajustes ao exercício atual reduzirão a receita de vendas em aproximadamente R\$134.345.

- (i) A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor o CPC 48 Instrumentos Financeiros que introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros e substitui o modelo de “perda incorrida” do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada.

Demonstramos a seguir a mudança para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos do CPC 48:

	Classificação anterior	Classificação de acordo com CPC 48
Ativos:		
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
Passivos:		
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Debêntures	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
<i>Phantom Stock Option</i>	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

j) Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019) (i)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção provocará um impacto nas demonstrações financeiras.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

(i) CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, containers entre outros. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros do Grupo.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas estimam reconhecer obrigações adicionais de arrendamento de R\$18.455 em 1º de janeiro de 2019.

k) Reclassificação

Em 31 de dezembro de 2017, as controladas diretas Ecoporto Santos e Termareis Terminais Marítimos, como prestadores de serviços, identificaram que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições do pronunciamento contábil CPC 47 uma vez que suas receitas já são reconhecidas à medida que atendem as obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação.

Contudo houve a reclassificação dos valores de contraprestação variável e abatimento por volume, anteriormente classificados como custo dos serviços prestados, para deduções de vendas. Em 31 de dezembro de 2017 foram reclassificados R\$134.345 para fins de comparabilidade, ajustado na Nota Explicativa nº 24, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2017		
	Originalmente apresentado	Aplicação CPC 47	Ajustado
Receitas com arrecadação de pedágio	2.533.994	-	2.533.994
Receitas de construção – ICPC 01	586.536	-	586.536
Receitas portuárias	276.632	-	276.632
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	95.746	-	95.746
Receita bruta total	3.492.908	-	3.492.908
Deduções de receita	(292.204)	(134.345)	(426.549)
Receita líquida	<u>3.200.704</u>	<u>(134.345)</u>	<u>3.066.359</u>

	31/12/2017		
	Originalmente apresentado	Aplicação CPC47	Ajustado
<u>Base de cálculo de impostos</u>			
Receitas com arrecadação de pedágio	2.533.994	-	2.533.994
Receitas portuárias	276.632	-	276.632
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	95.746	-	95.746
	<u>2.906.372</u>	<u>-</u>	<u>2.906.372</u>
<u>Deduções</u>			
COFINS	(114.503)	-	(114.503)
PIS	(24.808)	-	(24.808)
ISS	(141.559)	-	(141.559)
Outros – ICMS	(1)	-	(1)
Dedução do reconhecimento da receita (*)	(11.333)	(134.345)	(145.678)
	<u>(292.204)</u>	<u>(134.345)</u>	<u>(426.549)</u>

(*) De acordo com as novas exigências do CPC47 Receita de Contratos com Clientes, a Companhia efetuou as reclassificações de contraprestação variável e abatimento por volume divulgada anteriormente em despesas com vendas.

Com relação aos serviços nos segmentos de concessões de rodovias e logística a Companhia não identificou impactos relevantes.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização dos Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações para cada Contrato de Concessão da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 2.3.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões, exceto da controlada direta Ecoporto Santos S.A., onde a Companhia já considera o prazo da concessão assumindo a renovação. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 6,91% e 12,33% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados nas Notas Explicativas nº 18 e nº 19.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 20.

5. RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

As controladas indiretas Ecovias, Ecocataratas, Ecopistas e Ecovia reclassificaram R\$8.833, R\$4.990, R\$4.568 e R\$6.514, respectivamente, entre as rubricas de "Imobilizado" e "Intangível" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, refletindo assim nas Demonstrações consolidadas da Companhia. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Edificações" e "Instalações".

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Imobilizado	562.796	(24.905)	537.891
Intangível	6.097.495	24.905	6.122.400
	<u>6.660.291</u>	<u>-</u>	<u>6.660.291</u>

A administração reclassificou de R\$6.437 entre as rubricas "Caixa líquido das atividades de financiamento" e "Caixa líquido das atividades operacionais" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Pagamento ao Poder Concedente".

	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa líquido das atividades de financiamento			
Pagamento de obrigações ao Poder Concedente	(45.369)	6.437	(38.932)
Caixa líquido das atividades operacionais			
Pagamento de obrigações ao Poder Concedente	<u>(26.541)</u>	<u>(6.437)</u>	<u>(32.978)</u>
	<u>(71.910)</u>	<u>-</u>	<u>(71.910)</u>

6. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

a) Venda de participação

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 13 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou naquela data, Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A., pelo valor de R\$90.000 a serem liquidados em 84 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pela atualização do CDI a partir da data da conclusão. A conclusão da alienação estava sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluíam: (i) comunicação e/ou aprovação prévia da Secretaria da Receita Federal do Brasil, recebida em 1º de março de 2018; (ii) aprovação do Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor – CADE, a qual foi obtida sem restrições em 27 de dezembro de 2017; (iii) a transferência das quotas do Ecopátio Logística Cubatão Ltda. para a Companhia, ocorrida em 8 de fevereiro de 2018; e (iv) o pagamento da totalidade da dívida da Elog, ocorrida em 8 de março de 2018. A conclusão da operação se deu em 7 de março de 2018, com a efetiva transferência de quotas. Em 09 de agosto de 2018, foi apurado o "ajuste do preço de compra" no montante de R\$2.790 a favor da companhia, totalizando assim o valor de venda de R\$92.790.

A alienação da Elog S.A. é consistente com a estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias.

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, e prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes. O contrato prevê as seguintes limitações:

- (i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R\$10 por perda individual para perdas de natureza trabalhista e de R\$20 para perdas de qualquer outra natureza, e o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) do preço de aquisição, ambos atualizados pelo CDI a partir da data de fechamento.
Indenização Especial: Na eventualidade, durante o prazo de 5 (cinco) anos da data de fechamento, a licença CLIA Santos for cancelada, revogada, ou extinta exclusivamente em decorrência da Execução Fiscal vigente, a Companhia deverá pagar à compradora uma indenização de R\$4.000 corrigido pela Atualização Monetária IPCA a contar da data do fechamento.
- (ii) O prazo de pagamento das indenizações será em 30 de abril de cada ano, ou quando o valor total das perdas indenizáveis acumuladas exceder R\$500, o que ocorrer primeiro, sendo que no segundo caso a indenização deverá ser paga no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação; e
- (iii) O limite temporal pode ser de 3 (três), 5 (cinco), 6 (seis) ou 10 (dez) anos, de acordo com as naturezas da respectiva perda.

Os depósitos judiciais existentes, pertencerão à Companhia e a compradora deverá transferi-los em até 10 (dez) dias úteis contados do seu efetivo recebimento e apuração de todos os custos, despesas, impostos e eventuais perdas.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia havia reconhecido o montante líquido negativo de R\$3.494 referente aos passivos e ativos indenizatórios identificados na data de fechamento da operação. O montante está registrado na rubrica "Resultado de operações descontinuadas".

b) Ativos e passivos mantidos para a venda

Em atendimento ao item 9 do CPC31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia informa que continua firmemente comprometida com o seu plano de venda do Ecopátio Logística Cubatão Ltda.

Os ativos e passivos dessas unidades foram classificados para a rubrica de Ativos e Passivos de operações descontinuadas e suas informações não fazem mais parte das informações consolidadas da Companhia.

Estes ativos e seus passivos associados devem estar mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas para a venda.

Os ativos e passivos mantidos para venda compreendem:

	Ecopátio Cubatão (*) 31/12/2018	Combinado (**) 31/12/2017		Ecopátio Cubatão (*) 31/12/2018	Combinado (**) 31/12/2017
Ativo:			Passivo:		
Caixa e equivalentes de caixa	4.443	7.691	Fornecedores	1.281	12.341
Clientes	2.776	33.018	Empréstimos e financiamentos	-	668
Partes relacionadas	-	17	Debêntures	-	124.905
Impostos a recuperar	33	1.184	Impostos e contribuições a recolher	222	2.273
Despesas antecipadas	12	674	Obrigações sociais e trabalhistas	1.647	6.932
Outros créditos	454	9.564	Partes relacionadas	190	509
Tributos diferidos	4.178	59.278	Outras contas a pagar	779	6.890
Depósitos judiciais	618	48.407	Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	1.940	35.280
Imobilizado	66.687	66.477			
Intangível	1.301	5.606			
Total do ativo mantido para venda	80.502	231.916	Total do passivo mantido para venda	6.059	189.798

(*) Os valores referem-se aos ativos e passivos da empresa Ecopátio Logística Cubatão Ltda., pois conforme Nota Explicativa nº 6.a, a empresa Elog S.A. foi alienada e o montante da alienação está registrado na rubrica "contas a receber de venda de empresas".

(**) Os valores referem-se aos ativos e passivos combinados das empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda., já ajustados ao valor justo.

Uma avaliação foi realizada para determinar o valor justo da empresa Ecopátio Logística Cubatão Ltda., a qual se baseou em múltiplos de transações recentes envolvendo ativos semelhantes no mesmo segmento de mercado e na própria transação entre Elog Sul e Elog S.A. com a Multilog S.A.

O resultado na avaliação a valor justo em decorrência da classificação como ativos e passivos mantidos para venda está demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Valor de venda (a)	70.000	160.000
Caixa líquido/(Dívida Líquida) (b)	<u>4.443</u>	<u>(117.882)</u>
Valor patrimonial dos ativos e passivos mantidos para venda (c)	<u><u>74.443</u></u>	<u><u>42.118</u></u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2018, refere-se ao valor estimado para alienação da controlada Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (em 31 de dezembro de 2017 referia-se ao valor estimado para alienação das controladas Ecopátio Logística Cubatão Ltda. e Elog S.A.).
- (b) Em 31 de dezembro de 2018, refere-se ao valor do caixa líquido da controlada Ecopátio Logística Cubatão Ltda., classificada como operação descontinuada (em 31 de dezembro de 2017 referia-se ao valor da dívida líquida das controladas Ecopátio Logística Cubatão Ltda. e Elog S.A.).
- (c) Refere-se ao valor líquido entre os ativos e passivos mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas para a venda.

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 relacionados às operações descontinuadas são abaixo representados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado das operações descontinuadas (*)		
Receita líquida	49.886	197.520
Custo dos serviços prestados	(60.507)	(182.679)
Lucro/(Prejuízo) Bruto	(10.621)	14.841
Despesas/Receitas operacionais e financeiras	(74.121)	(24.243)
Resultado financeiro	<u>(13.295)</u>	<u>(17.593)</u>
Resultado Operacional	(98.037)	(26.995)
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(56.212)</u>	<u>(573)</u>
Resultado das operações descontinuadas	<u><u>(154.249)</u></u>	<u><u>(27.568)</u></u>
Efeito recomposição da perda anteriormente reconhecida quando da transferência da controlada para ativo mantido para venda/operação descontinuada (**)	<u>135.744</u>	<u>19.915</u>
Resultado líquido das operações descontinuadas	<u><u>(18.505)</u></u>	<u><u>(7.653)</u></u>

(*) considera: Elog S.A. (janeiro e fevereiro/2018); Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (janeiro a dezembro/2018).

(**) Demonstração do ajuste a valor justo dos ativos e passivos mantidos para venda.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ajuste a valor justo de intangível e imobilizado	-	5.715
Cláusula de indenização contrato compra e venda	(1.033)	-
Ajuste a valor justo (Preço venda x Dívida líquida)	4.926	(13.368)
Aportes realizados (janeiro a dezembro)	(57.700)	(62.200)
Quitação de debêntures	125.438	-
Ajuste a valor justo de outros ativos e passivos	<u>64.113</u>	<u>89.768</u>
Total	<u><u>135.744</u></u>	<u><u>19.915</u></u>

Fluxo de caixa dos ativos e passivos mantidos para venda

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado do exercício	(154.249)	(27.568)
Itens que não afetam o caixa	155.069	41.963
Provenientes das mutações patrimoniais	8.079	(1.599)
Utilizado nas atividades de investimento	(1.690)	(4.488)
Utilizado nas atividades de financiamento	<u>(128.202)</u>	<u>(74.121)</u>
Operações descontinuadas líquido de caixa	<u>(120.993)</u>	<u>(65.813)</u>

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	37.786	17	68.713	38.095
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	68.577	34.945	1.409.377	1.563.034
Operações compromissadas (b)	-	-	5.275	18.030
Certificado de depósito bancário CDB				
(c)	-	-	1.247.571	-
Aplicações automáticas (d)	-	-	25.916	23.782
	<u>106.363</u>	<u>34.962</u>	<u>2.756.852</u>	<u>1.642.941</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 99,1% em 31 de dezembro de 2018 (98,9% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas consolidadas são remuneradas à taxa de 75% do CDI em 31 de dezembro de 20 (79,9% em 31 de dezembro de 2017), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.

- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 100,6% do CDI, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação financeira conhecida como APLIC AUT no Banco Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fundo de investimento	<u>77.330</u>	<u>69.836</u>
	<u>77.330</u>	<u>69.836</u>
Circulante	61.521	60.234
Não circulante	15.809	9.602

O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 97,6% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (97,9% em 31 de dezembro de 2017) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., para Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ponte Rio-Niterói – Ecoponte, para operações BNDES e Ecoporto Santos S.A. para garantia CETESB.

9. CLIENTES – CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pedágio eletrônico (a)	110.670	123.216
Receitas acessórias (b)	5.466	5.849
Recebíveis de portos (c)	21.336	16.339
Outras contas a receber	4.392	5.061
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (d)	<u>(3.526)</u>	<u>(1.511)</u>
	<u>138.338</u>	<u>148.954</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) Representado por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.
- (d) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada período para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	135.533	144.614
Vencidos:		
Até 30 dias	1.779	1.727
De 31 a 90 dias	869	789
De 90 a 120 dias	157	1.824
Acima de 120 dias	3.526	1.511
	<u>141.864</u>	<u>150.465</u>

A movimentação do exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	1.511	1.368
Valores recuperados e baixados	(1.411)	(1.328)
Constituição de PECLD	3.426	1.471
Saldo no fim do exercício	<u>3.526</u>	<u>1.511</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS – CONSOLIDADO

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	188.470	174.013
Adições	9.414	9.278
Baixas	(11.404)	(5.401)
Atualização monetária	3.252	10.580
Saldo no fim do exercício	<u>189.732</u>	<u>188.470</u>

A natureza dos depósitos judiciais são:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Natureza		
Cível	7.264	7.584
Tributário	5.930	9.434
Trabalhista	19.300	19.278
Meio Ambiente	51.649	49.405
Desapropriações	23.952	23.814
THC2 – <i>Terminal Handling Charge</i> (vide Nota Explicativa nº 22.a.ii)	79.253	76.719
Outros (Distribell S.A.)	2.384	2.236
	<u>189.732</u>	<u>188.470</u>

Os principais saldos dos depósitos judiciais sendo divulgados na Nota Explicativa nº 22 Provisão para perdas cíveis, tributárias e trabalhistas.

11. INVESTIMENTOS

	Valores das investidas		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	640.319	374.510	64%	64%	409.731	419.391	239.644	249.094
Monotrilho Linha 18 Bronze	24.602	(2.625)	55%	55%	13.531	14.975	(1.444)	(1.126)
Outros (*)					-	-	2.053	-
					<u>423.262</u>	<u>434.366</u>	<u>240.253</u>	<u>247.968</u>

(*) Refere-se a ajuste de exercícios anteriores.

A Companhia apresenta a seguir a movimentação em 31 de dezembro de 2018:

	31/12/2017	Participação dos acionistas não controladores	Stock Option	Dividendos	Equivalência	Equivalência ajuste exercícios anteriores	31/12/2018
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	419.391	5.616	150	(257.123)	239.644	2.053	409.731
Monotrilho Linha 18 Bronze	14.975	-	-	-	(1.444)	-	13.531
	<u>434.366</u>	<u>5.616</u>	<u>150</u>	<u>(257.123)</u>	<u>238.200</u>	<u>2.053</u>	<u>423.262</u>

A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de dezembro de 2018:

	Controladas diretas			Controladas indiretas				
	Ecorodovias Infraestrutura	Monotrilho	EIL01	Ecorodovias Concessões	Ecoporto Santos	Termares	Ecorodoanel	ELG01
Ativo	2.213.381	24.999	344	4.353.138	749.909	38.335	892.678	56.050
Ativo circulante	284.974	3.131	344	1.201.587	51.141	12.303	888.681	80
Ativo não circulante	1.928.407	21.868	-	3.151.551	698.768	26.032	3.997	55.970
Passivo	2.213.381	24.999	344	4.353.138	749.909	38.335	892.678	56.050
Passivo circulante	218.161	397	1	732.820	201.184	12.698	2.764	-
Passivo não circulante	1.354.901	-	-	2.598.063	216.022	9.211	897.672	-
Patrimônio líquido/(passivo a descoberto)	640.319	24.602	343	1.022.255	332.703	16.426	(7.758)	56.050

	Controladas indiretas										
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Eco135	EIL02	Anish	Paquetá
Ativo	274.632	372.189	1.942.144	459.591	1.613.595	782.035	334.064	1.064.032	1	64.229	11.029
Ativo circulante	105.349	38.248	235.468	102.581	154.876	36.473	45.845	194.637	1	269	29
Ativo não circulante	169.283	333.941	1.706.676	357.010	1.458.719	745.562	288.219	869.395	-	63.960	11.000
Passivo	274.632	372.189	1.942.144	459.591	1.613.595	782.035	334.064	1.064.032	1	64.229	11.029
Passivo circulante	196.248	38.544	259.523	255.568	175.144	50.323	79.151	49.815	-	872	4
Passivo não circulante	31.491	284.927	1.233.618	98.913	856.541	382.618	99.382	1.004.592	-	7.597	-
Patrimônio líquido	46.893	48.718	449.003	105.110	581.910	349.094	155.531	9.625	1	55.760	11.025

	Controladas diretas			Controladas indiretas					
	Ecorodovias Infraestrutura	Monotrilho	EIL01	Ecorodovias Concessões	Ecoporto Santos	Termares	Ecorodoanel	ELG01	
Receita líquida	-	-	-	164.517	84.309	50.634	-	-	
Custos dos serviços prestados	-	-	-	(101.571)	(73.881)	(40.633)	(296)	-	
Lucro/(prejuízo) bruto	-	-	-	62.946	10.428	10.001	(296)	-	
Despesas gerais e administrativas	(39.329)	(5.314)	(1)	(59.033)	(22.518)	(16.471)	-	-	
Amortização dos investimentos	(11.590)	(4)	-	(5.593)	-	-	-	-	
Outras receitas/(despesas), líquidas	630	-	-	(17)	10.384	895	-	-	
Equivalência patrimonial	544.076	-	-	667.375	-	-	-	(1.974)	
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro	493.787	(5.318)	(1)	665.678	(1.706)	(5.575)	(296)	(1.974)	
Resultado financeiro	(100.630)	1.341	14	(78.517)	(30.149)	428	(11.460)	3	
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	393.157	(3.977)	13	587.161	(31.855)	(5.147)	(11.756)	(1.971)	
Imposto de renda e contribuição social	(142)	1.352	(3)	3.056	(1.154)	1.649	3.997	-	
Lucro/ (prejuízo) do exercício	393.015	(2.625)	10	590.217	(33.009)	(3.498)	(7.759)	(1.971)	

	Controladas indiretas										
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Eco135	EIL02	Anish	Paquetá
Receita líquida	286.397	356.781	1.069.132	368.910	335.392	395.065	182.732	53.467	-	24	-
Custos dos serviços prestados	(152.982)	(174.404)	(403.020)	(279.277)	(176.045)	(311.449)	(107.698)	(60.212)	-	-	-
Lucro/(prejuízo) bruto	133.415	182.377	666.112	89.633	159.347	83.616	75.034	(6.745)	-	24	-
Despesas gerais e administrativas	(15.842)	(17.606)	(45.022)	(16.780)	(19.004)	(9.376)	(11.494)	(5.215)	(1)	(1.451)	(172)
Amortização dos investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas/(despesas), líquidas	1	(8)	2.466	479	(3)	-	(6)	2	-	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(179)	-
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro	117.574	164.763	623.556	73.332	140.340	74.240	63.534	(11.958)	(1)	(1.606)	(172)
Resultado financeiro	(10.445)	(18.607)	(81.441)	(20.632)	(83.587)	(17.709)	(6.388)	(1.250)	-	(368)	(7)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	107.129	146.156	542.115	52.700	56.753	56.531	57.146	(13.208)	(1)	(1.974)	(179)
Imposto de renda e contribuição social	(35.775)	(48.462)	(176.662)	(20.281)	(17.522)	(18.456)	(17.653)	4.490	-	-	-
Lucro/ (prejuízo) do exercício	71.354	97.694	365.453	32.419	39.231	38.075	39.493	(8.718)	(1)	(1.974)	(179)

Investimentos

Os saldos dos ágios na controladora classificados como "Outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível no Consolidado) são os seguintes:

	31/12/2017	Amortização Ecoporto	Amortização Ecorodovias Concessões e Serviços	31/12/2018
Ágio - Alocação do direito das Concessões	467.758	(3.420)	(38.580)	425.758
Ágio - <i>Goodwill</i> Monotrilho Linha 18 Bronze	7	-	-	7
Ágio - <i>Goodwill</i>	851.117	-	-	851.117
	<u>1.318.882</u>	<u>(3.420)</u>	<u>(38.580)</u>	<u>1.276.882</u>

	31/12/2016	Amortização Ecoporto	Amortização Ecorodovias Concessões e Serviços	31/12/2017
Ágio - Alocação do direito das Concessões	511.610	217	(44.06)	467.758
Ágio - <i>Goodwill</i> Monotrilho Linha 18 Bronze	7	-	-	7
Ágio - <i>Goodwill</i>	851.117	-	-	851.117
	<u>1.362.734</u>	<u>217</u>	<u>(44.069)</u>	<u>1.318.882</u>

Os valores decorrem de ágio gerado durante o exercício de 2012 na aquisição, por parte da Primav Construções e Comércio S.A., da controlada EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. passando a participação de 44,99% para 63,99%.

A aquisição, finalizada em 27 de dezembro de 2012, considerada como combinação de negócios, resultou em ágio alocado parte para mais-valia de ativos relacionados à Concessões e parte para *goodwill* nos montantes respectivos de R\$ 737.449 e R\$851.117.

A parcela atribuída como mais-valia relacionada às concessões vem sendo amortizada na mesma proporção da realização dos ativos líquidos que a geraram, enquanto que a parcela atribuída a *goodwill* somente sofrerá modificação caso seja identificada a necessidade provisão para *impairment*.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. - Em 28 de dezembro de 2017, sua controlada indireta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. - "ECS" (controladora direta da Eco101), através de Fato Relevante, comunicou ao mercado que celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., Rio Novo Locações Ltda., A. Madeira Indústria e Comércio Ltda., Urbesa Administração e Participações Ltda., Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda., Contek Engenharia S.A. e MMF Empreendimentos e Participações Ltda., que compõem a Centaurus Participações S.A. ("Centaurus") e com a Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referentes à aquisição, pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., de 42% do capital social da Eco101, que eram detidos pela Grant e pelos acionistas da Centaurus. A ECS pagará por essa participação o valor de R\$46.650 em 60 parcelas, corrigidas a partir de agosto de 2017 pelo IPCA, com dois anos de carência a partir da data de assinatura do contrato. A conclusão da compra estava sujeita à verificação de condições precedentes usuais, as quais incluem a comunicação prévia a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), aprovação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, este último recebido em 26 de janeiro de 2018.

Em 19 de setembro de 2018, a última condição precedente, qual seja, aprovação do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Social), foi cumprida. Assim, nesta data, a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., passou a ser detentora de 100% de participação no capital social da controlada indireta ECO101 Concessionária de Rodovias.

Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel - Em 10 de janeiro de 2018, sua controlada direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Internacional nº 01/2017 para a concessão da de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos como implantação de equipamentos de tráfego e atendimento usuário do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas por um prazo de 30 anos a partir da assinatura do contrato. A classificação se deu em razão do maior valor de outorga fixa ofertada, correspondente a R\$883.000. Após a homologação e a adjudicação do resultado do leilão pela Artesp - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, a Companhia será convocada para a assinatura do contrato de concessão.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul - Em 16 de janeiro de 2018, sua controlada indireta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS"), através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações com Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referente à aquisição, pela ECS, de 10% do capital social da Ecosul que era detido pela Grant. A ECS pagou R\$60.000 por essa participação, sendo que (i) a 1ª parcela (R\$44.000) foi paga na data de fechamento, e (ii) a 2ª parcela (R\$16.000, corrigidos pelo CDI) foi paga em 60 dias contados do pagamento da 1ª parcela. A conclusão da compra estava sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes usuais, além da comunicação prévia a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, este último recebido em 8 de fevereiro de 2018.

Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. - MGO - Em 1º de fevereiro de 2018, sua controlada indireta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram contrato de Compra e Venda de Ações entre a ECS e os acionistas da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. ("MGO"), referente a aquisição, pela ECS, de 100% do capital social da holding Argovias Administração e Participações S.A. que detém 100% de participação na MGO, na data do fechamento. O valor da aquisição é de R\$600.000 e será liquidado na data do fechamento. A conclusão da aquisição está sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a aprovação prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), BNDES e demais credores. A MGO é responsável pela administração, recuperação, conservação, manutenção, ampliação e operação da BR-050 (GO/MG), no trecho de 436,6 quilômetros que começa no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até a divisa de Minas Gerais com São Paulo, no município de Delta (MG). O contrato foi assinado em 5 de dezembro de 2013 e expira em 8 de janeiro de 2044.

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. - Em 6 de fevereiro de 2018, sua controlada indireta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Pública Internacional 006/2017, e em 19 de junho, a Eco135, assinou o contrato de Concessão com a Secretária de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais ("SETOP"), para exploração por 30 anos do lote de rodovias do Estado de Minas Gerais composto pelos seguinte trechos: (i) BR-135, com extensão 301,20 km; (ii) MG-231, com extensão 22,65 km; e (iii) LMG-754, com extensão 40,10 km, totalizando 363,95 km conforme edital. A classificação se deu em razão da maior oferta pela outorga da concessão que será paga em 348 parcelas mensais no valor nominal de R\$5.920 com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (data base janeiro/2016).

EIL02 S.A. - Em 28 de setembro de 2018, sua controlada direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A, transferiu a totalidade das ações detidas do capital social da EIL02 S.A. para sua controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., por meio de alienação, da totalidade de suas 3.300 (três mil e trezentas) ações, representativas de 100% do capital social da EIL02 pelo valor de R\$2.045,38 (dois mil e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos).

12. IMOBILIZADO – CONSOLIDADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Taxas anual de depreciação - %	Taxas médias de depreciação - %	Custo					Depreciação					Residual	
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixa	Transf.	Saldos em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Hardwares	20,0	6,9	264.162	21.294	(125)	23	285.354	(232.356)	(19.043)	125	(153)	(251.427)	33.927	31.806
Máquinas e equipamentos	10,0	3,3	278.076	3.374	(1.062)	86	280.474	(120.650)	(9.165)	1.023	104	(128.688)	151.786	157.426
Móveis e utensílios	10,0	6,8	27.217	706	(177)	-	27.746	(15.738)	(1.858)	161	50	(17.385)	10.361	11.479
Terrenos	-	-	55.157	7	-	-	55.164	-	-	-	-	-	55.164	55.157
Edificações	4,0	1,9	21.701	-	-	2	21.703	(2.750)	(422)	-	1	(3.171)	18.532	18.951
Imobilizado em andamento	-	-	70.335	-	-	(498)	69.837	-	-	-	-	-	69.837	70.335
Benfeitorias	4,0	2,9	218.736	24	-	7.210	225.970	(62.324)	(6.472)	-	(2.283)	(71.079)	154.891	156.412
Veículos	20,0	9,9	19.865	869	(741)	1.090	21.083	(14.308)	(2.044)	741	(371)	(15.982)	5.101	5.557
Instalações	10,0	9,6	9.008	971	(17)	533	10.495	(244)	(956)	6	136	(1.058)	9.437	8.764
Outros	-	5,2	31.836	617	(1.024)	(8.446)	22.983	(9.832)	(1.171)	-	2.516	(8.487)	14.496	22.004
			996.093	27.862	(3.146)	-	1.020.809	(458.202)	(41.131)	2.056	-	(497.277)	523.532	537.891

	Taxas anual de depreciação - %	Taxas médias de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual			
			Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Hardwares	20,0	8,2	254.679	9.779	(443)	147	264.162	(211.495)	(21.297)	437	(1)	(232.356)	31.806	43.184
Máquinas e equipamentos	10,0	5,5	299.894	4.981	(26.833)	34	278.076	(128.978)	(15.157)	23.485	-	(120.650)	157.426	170.916
Móveis e utensílios	10,0	7,3	26.640	594	(22)	5	27.217	(13.805)	(1.954)	21	-	(15.738)	11.479	12.835
Terrenos	-	-	55.150	7	-	-	55.157	-	-	-	-	-	55.157	55.150
Edificações	4,0	3,6	21.692	-	-	9	21.701	(2.701)	(49)	-	-	(2.750)	18.951	18.991
Imobilizado em andamento	-	-	105.907	100	-	(35.672)	70.335	-	-	-	-	-	70.335	105.907
Benfeitorias	4,0	2,5	200.509	45	(70)	18.252	218.736	(56.792)	(5.565)	33	-	(62.324)	156.412	143.717
Veículos	20,0	11,3	33.406	732	(14.473)	200	19.865	(24.403)	(2.197)	12.301	(9)	(14.308)	5.557	9.003
Instalações	10,0	14,6	7.956	1.105	-	(53)	9.008	-	(249)	-	5	(244)	8.764	7.956
Outros	-	6,3	31.029	1.538	(731)	-	31.836	(8.054)	(1.955)	94	83	(9.832)	22.004	22.975
			1.036.862	18.881	(42.572)	(17.078)	996.093	(446.228)	(48.423)	36.371	78	(458.202)	537.891	590.634

Em 31 de dezembro de 2018, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 15). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 16) não existem garantias dessa natureza.

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

13. INTANGÍVEL – CONSOLIDADO

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Em 31 de dezembro de 2018, a controladora direta Ecoporto Santos contabilizou o acordo com Ministério Público no valor total de R\$ 25.000 e R\$888 de despesas adicionais a execução das obras, cujos desembolsos financeiros serão realizados a partir de março de 2019, sem efeito caixa para o exercício atual.

Em 31 de dezembro de 2018, na provisão da Outorga da controlada indireta ECO135 no valor de R\$ 28.967, foi expurgado do intangível para Provisão para Construção de obras futuras, sem efeito caixa para o exercício atual.

	Taxa anual de amortização (%)	Taxa média de amortização (%)	Custo					Depreciação				Residual	
			31/12/2017	Adições	Baixa	Transf.	31/12/2018	31/12/2017	Adições	Transf.	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Contratos de Concessão (i)	-	(ii)	6.539.932	1.027.928	(7.404)	367.925	7.928.381	(2.470.826)	(374.819)	-	(2.845.645)	5.082.736	4.069.106
Ágio Ecosul	-	-	8.561	-	-	-	8.561	(4.186)	(514)	-	(4.700)	3.861	4.375
					-	760				7			
Softwares de terceiros	20,0	15,6	134.777	11.362	-	-	146.899	(90.178)	(17.104)	-	(107.275)	39.624	44.599
Intangível em andamento (iii)	-	-	405.281	522.575	-	(368.687)	559.169	-	-	-	-	559.169	405.281
Ágio ELG01	-	-	37.744	-	-	-	37.744	-	-	-	-	37.744	37.744
Outros	-	-	391	6	-	2	399	(55)	(1)	(7)	(63)	336	336
Ágio mais-valia	-	-	1.078.477	-	-	-	1.078.477	(368.645)	(64.485)	-	(433.130)	645.347	709.832
Ágio goodwill	-	-	851.127	-	-	-	851.127	-	-	-	-	851.127	851.127
			9.056.290	1.561.871	(7.404)	-	10.610.757	(2.933.890)	(456.923)	-	(3.390.813)	7.219.944	6.122.400

	Taxa anual de amortização (%)	Taxa média de amortização (%)	Custo					Depreciação					Residual		
			31/12/2016	Adições	Baixas	Op.Descont.	Transf.	31/12/2017	31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Contratos de Concessão (i)	-	(ii)	6.139.882	232.753	(1.345)	5.714	162.928	6.539.932	(2.118.826)	(351.922)	-	(78)	(2.470.826)	4.069.106	4.021.056
Ágio Ecosul	-	-	8.561	-	-	-	-	8.561	(3.802)	(384)	-	-	(4.186)	4.375	4.759
Softwares de terceiros	13,6	13,6	109.767	7.746	(98)	-	17.362	134.777	(72.437)	(17.757)	16	-	(90.178)	44.599	37.330
Intangível em andamento (iii)	-	-	201.153	367.625	(285)	-	(163.212)	405.281	-	-	-	-	-	405.281	201.153
Ágio ELG-01	-	-	37.744	-	-	-	-	37.744	-	-	-	-	-	37.744	37.744
Outros	-	-	402	-	(11)	-	-	391	(35)	(20)	-	-	(55)	336	367
Ágio mais-valia	-	-	1.078.477	-	-	-	-	1.078.477	(300.308)	(68.337)	-	-	(368.645)	709.832	778.169
Ágio goodwill	-	-	851.127	-	-	-	-	851.127	-	-	-	-	-	851.127	851.127
			8.427.113	608.124	(1.739)	5.714	17.078	9.056.290	(2.495.408)	(438.420)	16	(78)	(2.933.890)	6.122.400	5.931.705

- (i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2018, as principais adições nesta rubrica referem-se a: (i) Ecovia R\$12.080 implantação de passarelas e recuperação de pavimento na BR 277; (ii) Ecosul R\$59.525 recuperação de pavimento e sinalização horizontal e vertical do Polo de Pelotas; (iii) Ecovias R\$15.832 recuperação de pavimento rígido e recuperação de obras de arte especial no Sistema Anchieta-Imigrantes; (iv) Ecocataratas R\$59.692 recuperação de pavimento e obras de duplicação em 2 trechos da Rodovia BR 277; (v) Ecopistas R\$8.597 recuperação de pavimento nas rodovias Carvalho Pinto e Ayrton Senna; (vi) Eco101 R\$16.653 recuperação de elementos de proteção e segurança e obras do contorno de Iconha; (vii) Ecoponte R\$11.187 recuperação de pavimento e desapropriações; (viii) Eco135 R\$706.805 direito de outorga a pagar ao longo da Concessão (sem desembolso de caixa inicial) e trabalhos iniciais para operação da rodovia; (ix) Ecoporto Santos provisão de R\$26.504 referentes ao acordo com o Ministério Público.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2018 foram 5,45%a.a. (5,58%a.a. em 31 de dezembro de 2017).
- (iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referem-se a: (i) Ecovia R\$3.370 implantação de área de escape, implantação de rótula e execução de obras de acesso na BR 277; (ii) Ecosul R\$7.692 recuperação da iluminação e recuperação de obras de arte especial no Polo de Pelotas; (iii) Ecovias R\$98.884 implantação da marginal norte da Rodovia Anchieta km 18 a km 23 em São Bernardo do Campo e implantação da conexão Porto-Cidade de Santos; (iv) Ecocataratas R\$4.149 readequação da base SAU em atendimento a Anvisa e implantação de retorno no km 660 da rodovia BR 277; (v) Ecopistas R\$34.832 obras de construção do prolongamento da rodovia Carvalho Pinto em Taubaté e recuperação de passivos ambientais e dispositivos de segurança; (vi) Eco101 R\$163.163 obras de duplicação da BR 101, restauração de pavimento, recuperação de drenagem de OAC, interseções, desapropriações, recuperação de obras de arte especial e pavimentação do contorno de Vitória; (vii) Ecoponte R\$45.286 substituição das juntas de dilatação e obras de construção da Alça da Linha Vermelha; (viii) Eco135 R\$12.864 trabalhos iniciais operação rodovia e capitalização de encargos e AVP sobre ônus da Concessão (sem desembolso de caixa inicial).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram capitalizados R\$27.680 referentes a encargos financeiros (R\$18.472 em 31 de dezembro de 2017) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de 15,52%a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 8,96%a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

a) Tributos diferidos - Consolidado

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição líquida (ativo não circulante - passivo não circulante) e movimentação para o exercício:

	Patrimonial			Resultado	
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018	31/12/2018
Realização do ágio na incorporação	(34.737)	-	5.256	(29.481)	5.256
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	47.446	3.519	(6.625)	44.340	(3.106)
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	50.385	29.642	(11.242)	68.785	18.400
Provisão para manutenção	95.399	39.228	(25.665)	108.962	13.563
AVP ônus Concessão	1.966	-	(519)	1.447	(519)
Perda Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	83	848	(214)	717	634
Outros	6.215	1.934	(4.869)	3.280	(2.935)
Efeito Lei nº 12.973/14 - extinção RTT (ii)	(48.429)	-	3.341	(45.088)	3.341
Depreciação societária	(9.529)	-	274	(9.255)	274
Juros capitalizados	(8.857)	(9.259)	180	(17.936)	(9.079)
IR e CS diferido - ativo/(passivo) (iii)	<u>99.942</u>	<u>65.912</u>	<u>(40.083)</u>	<u>125.771</u>	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					<u>25.829</u>

(*) Refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: Ecorodovias Concessões e Serviços, Ecoporto Santos, Termares, Eco101, Ecorodoanel e Eco135.

Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$148.437 no ativo não circulante e R\$22.666 no passivo não circulante.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais e ágios sobre incorporações das investidas sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
2018	-	-	-	10.361	(25)	10.336
2019	16.204	782	16.986	9.648	(50)	9.598
2020	14.121	486	14.607	4.639	(50)	4.589
2021	11.852	(1.850)	10.002	3.036	(50)	2.986
2022	(16.492)	(1.847)	(18.339)	(14.563)	(50)	(14.613)
2023	(16.492)	(1.848)	(18.340)	(14.563)	(50)	(14.613)
Posteriores a 2023 (*)	<u>139.244</u>	<u>(18.389)</u>	<u>120.855</u>	<u>118.151</u>	<u>(16.492)</u>	<u>101.659</u>
	<u>148.437</u>	<u>(22.666)</u>	<u>125.771</u>	<u>116.709</u>	<u>(16.767)</u>	<u>99.942</u>

(*) Os valores acima de dez anos estão relacionados a amortização de ágio, ICPC01 e ajuste do RTT.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	118.278	87.026	581.356	566.762
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(40.214)	(29.589)	(197.661)	(192.699)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	81.686	84.309	(479)	(383)
Gratificações diretores	-	-	(5.659)	(4.175)
Amortização de ágio	-	-	3.637	302
Despesas indedutíveis	-	-	(262)	(349)
Operações descontinuadas	-	-	6.292	(17)
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	1.765	1.554
Crédito tributário PERT Ecosul	-	-	(142)	3.295
Baixa investimento Elog S.A. - Ecoporto	-	-	-	(2.788)
Créditos tributários não constituídos (*)	(41.472)	(54.720)	(104.232)	(115.608)
Outros	-	-	(5.341)	(1.185)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(302.082)</u>	<u>(312.053)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(327.911)	(326.516)
Impostos diferidos	-	-	25.829	14.463
Taxa efetiva			52,0%	55,1%

(*) São compostos pelas empresas: Ecoporto Santos e EcoRodovias Infraestrutura e Logística.

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	24.551	32.517
Despesa IR/CS DRE	327.911	326.516
Total de IR/CS pagos no exercício	<u>(307.371)</u>	<u>(334.482)</u>
Saldo no final do exercício provisão IR/CS	<u>45.091</u>	<u>24.551</u>

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CONSOLIDADO

Modalidade	Companhia	Vencimento Final	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
Em moeda nacional:					
Finame (a)	Ecosul	11/2020	6,0%a.a.	97	148
Finame (b)	Ecocataratas	10/2022	2,5%a.a.	168	212
Finame (c)	Ecocataratas	06/2018	3,0%a.a.	-	27
Finem (d)	Ecocataratas	07/2018	TJLP + 2,10%a.a.	-	3.920
Finame (e)	Ecocataratas	07/2020	6,0%a.a.	292	494
Finem (f)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45%a.a.	27.390	31.083
Finem (f)	Ecopistas	06/2025	TJLP+ 2,45%a.a.	92.799	120.526
Finame (g)	Ecoporto Santos	10/2020	6,0%a.a.	2.919	4.715
Finem (h)	Eco101	12/2028	TJLP + 3,84%a.a.	169.567	178.071
Finem (h)	Eco101	06/2030	TJLP + 3,84%a.a.	187.354	107.022
Financiamento (i)	Eco101	12/2019	21,27%a.a.	111	203
Finem (j)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48%a.a.	51.410	49.275
Finem (j)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48%a.a.	28.461	-
Leasing (k)	Ecosul	03/2018	25,13%a.a.	-	28
Em moeda estrangeira:					
Finimp (l)	Ecoporto Santos	01/2023	Libor 6M+2,0%a.a.	85.173	87.644
				<u>645.741</u>	<u>583.368</u>
Circulante				81.029	74.658
Não circulante				564.712	508.710

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	68.524
2020	79.283	69.476
2021	68.992	59.366
2022	60.998	50.735
2023	53.175	43.607
2024	42.081	33.302
Posteriores a 2024	260.183	183.700
	<u>564.712</u>	<u>508.710</u>

A movimentação do exercício dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	583.368	823.632
Adições	115.926	91.301
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 26)	70.512	67.751
Pagamento principal	(77.662)	(307.713)
Pagamento de juros	(46.403)	(91.603)
Saldo no fim do exercício	<u>645.741</u>	<u>583.368</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(b)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(d)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(e)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(f)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre os patrimônio líquido e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%, com base nas informações da emissora; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do Contrato de Concessão.
(g)	Ecoporto Santos	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(h)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Cessão de direitos creditórios.
(i)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia.
(j)	Ecoponte	BNDES	Da Devedora: (i) A razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30; Da garantidora Ecorodovias Concessões: (i) Razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos.	Penhor das ações da Ecorodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações. Financiado pela Ecorodovias.
(k)	Ecosul	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Nota promissória.
(l)	Ecoporto Santos	Banco Deutsche Bank AS	(i) Patrimônio Líquido Tangível > 20.000 (ii) Patrimônio Líquido/Ativo Total da controladora EcoRodovias I&L > 20%	Aval EcoRodovias Infraestrutura e Logística

O resumo dos índices financeiros em 31 de dezembro de 2018 está demonstrado a seguir:

Índices financeiros Ecopistas (f)

	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	36,06%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,20	2,35
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 4,00	3,32

Índices financeiros Ecoporto Santos (l)

	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido tangível (Ecoporto)	> 20.000	280.851
(ii) Patrimônio líquido/ativo total (Controladora – Ecorodovias Infraestrutura)	> 20%	6,4%(b)

Índices financeiros Ecoponte (j)

	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	50%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	n.m. (a)
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora – Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.)	≤ 4,00	2,40

(a) ICSD não apurado, conforme cláusula 16ª, c) - Será calculado após um ano do início da amortização (janeiro/19).

(b) O índice está amparado por *Waiver*.

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados são como segue:

Eco101

<u>Subcrédito</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
A	188.473	188.473	22.350	150 parcelas
B1	66.237	66.237	2.924	150 parcelas
B2	52.483	39.556	1.473	150 parcelas
B3	117.799	84.901	1.606	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	<u>882.144</u>	<u>379.167</u>	<u>28.353</u>	

Ecopistas

<u>Subcrédito</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
a	99.200	99.200	73.096	114 mensais
b	85.528	85.528	58.162	114 mensais
c	-	-	-	-
d	27.999	27.999	14.736	114 mensais
e	21.769	21.769	8.163	8 anuais
f	21.769	-	-	8 anuais
g	21.769	-	-	8 anuais
h	22.218	-	-	8 anuais
i	4.848	-	-	8 anuais
j	11.281	11.281	3.562	114 mensais
k	29.846	22.438	7.086	114 mensais
l	9.169	9.169	2.751	10 anuais
Total	<u>355.396</u>	<u>277.384</u>	<u>167.556</u>	

Ecocataratas

<u>Subcrédito</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
A1	22.681	22.681	22.681	60 mensais
A2	<u>9.720</u>	<u>9.720</u>	<u>9.720</u>	60 mensais
Total	<u>32.401</u>	<u>32.401</u>	<u>32.401</u>	

Ecoponte

<u>Subcrédito</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
a	107.465	53.729	1.793	177 mensais
b	177.920	29.126	-	157 mensais
c	118.915	-	-	163 mensais
d	10.625	620	7	177 mensais
e	2.075	-	-	157 mensais
Total	<u>417.000</u>	<u>83.475</u>	<u>1.800</u>	

16. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
1ª Emissão – Primav Infraestrutura S.A.	05/2022	CDI + 3,50% a.a.	798.713	888.126	798.713	888.126
1ª Emissão – Ecovia Caminho do Mar	05/2019	106,5% CDI	-	-	161.664	151.293
1ª Emissão – Ecosul	05/2020	107,0% CDI	-	-	167.414	156.626
2ª Emissão – Ecosul	06/2020	110,75% CDI	-	-	50.123	50.073
3ª Emissão – Ecosul	06/2020	107,0% CDI	-	-	56.122	52.443
2ª Emissão – Ecovias dos Imigrantes	04/2024	IPCA+3,8/IPCA+4,28%a.a.	-	-	1.244.376	1.194.291
1ª Emissão – Ecocataratas	05/2019	106,5% CDI	-	-	208.864	195.228
1ª Emissão – Ecopistas	01/2023	IPCA+8,25% a.a.	-	-	407.561	447.317
1ª Emissão – Eco101	12/2020	CDI + 2,56% a.a.	-	-	25.000	24.847
1ª Emissão – Eco135	08/2020	117,5% CDI	-	-	226.224	-
1ª Emissão – Ecorodovias Concessões (Cessão)	04/2020	CDI+1,18% a.a./CDI+1,42% a.a.	-	-	373.229	608.944
2ª Emissão – Ecorodovias Concessões (1ª Série)	10/2018	CDI+0,79% a.a.	-	-	-	80.850
2ª Emissão – Ecorodovias Concessões (2ª e 3ª Série)	10/2022	IPCA+5,0%/IPCA+5,35% a.a.	-	-	694.574	778.926
3ª Emissão – Ecorodovias Concessões	08/2019	106,0% CDI	-	-	220.106	216.840
5ª Emissão – Ecorodovias Concessões	12/2019	114,85% CDI	-	-	100.113	104.574
6ª Emissão – Ecorodovias Concessões (1ª e 2ª Série)	11/2022	106,0% e 110,25% do CDI	-	-	1.076.561	1.070.399
6ª Emissão – Ecorodovias Concessões (3ª Série)	11/2024	IPCA+6,0% a.a.	-	-	31.346	30.038
7ª Emissão – Ecorodovias Concessões	06/2025	IPCA + 7,44% a.a.	-	-	365.532	-
1ª Emissão – Ecorodoanel	03/2020	119,0% CDI	-	-	900.048	-
1ª Emissão – Ecoporto Santos	06/2019	CDI + 1,85% a.a.	-	-	125.290	252.559
3ª Emissão – EcoRodovias Infraestrutura	04/2020	CDI + 1,25% a.a.	-	-	131.265	-
4ª Emissão – EcoRodovias Infraestrutura	12/2021	115,0% CDI	-	-	297.355	-
			<u>798.713</u>	<u>888.126</u>	<u>7.661.480</u>	<u>6.303.374</u>
Circulante			140.213	97.926	1.557.512	1.172.784
Não circulante			658.500	790.200	6.103.968	5.130.590

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	888.126	894.603	6.303.374	5.001.231
Adição	-	-	1.894.191	1.503.889
Encargos financeiros (vide nota explicativa nº 26)	81.442	117.267	587.284	523.590
Pagamento principal	(87.800)	-	(680.188)	(230.285)
Pagamento de juros	(83.055)	(123.744)	(443.181)	(495.051)
Saldo no fim do exercício	<u>798.713</u>	<u>888.126</u>	<u>7.661.480</u>	<u>6.303.374</u>

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

1ª Emissão

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022;

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

2ª Emissão (Privada)

Em 12 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300 mil, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma:

- Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

- Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70 mil referentes a segunda série, R\$40 mil referentes a terceira série e R\$40 mil referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

A emissão não conta com garantia de qualquer natureza.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Em 04 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/2016 105,7% do CDI -quitado (ii) de 04/03/2016 a 15/05/2017 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/2019 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019.

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 3º aditamento para inclusão da Fiança da Interveniente Garantidora.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

1ª Emissão

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/2016 105,7% do CDI over -quitado (ii) de 04/03/2016 a 15/05/2017 115,0% do CDI over, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/2019 107% do CDI over, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

2ª Emissão

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107,5% do CDI over, pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 17 dos meses de junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

Em 11 de junho de 2018, foi firmado um aditivo à 2ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento das Debêntures para 17 de junho de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das Debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 110,75% do CDI sendo o primeiro pagamento em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

3ª Emissão

Em 2 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 2 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Em 17 de maio de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$185 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,50% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 17 de maio de 2019.

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 1º aditamento para inclusão da Fiança da Interveniente Garantidora.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,80% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2018.

Em 14 de dezembro de 2018, foi firmado um aditivo à 1ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento das debêntures para 29 de dezembro de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 2,56%a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

1ª Emissão (EcoRodovias Infraestrutura – Cessão de dívida)

Em 24 de abril de 2015, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória em duas séries, no valor nominal total de R\$600 milhões.

Em 10 de agosto de 2016, foi firmado o 2º aditamento da Escritura onde a Emissora (EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.) cedeu à Fiadora (Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) a totalidade dos direitos e obrigações por ela adquiridos e assumidos nos documentos relativos as Debêntures, mediante a substituição da posição contratual da Emissora pela Fiadora e assunção da Dívida representada pelas Debêntures pela Fiadora ("cessão"). Em virtude da Cessão a Fiadora passou a ser a nova emissora das Debêntures, sendo certo, portanto, que a Emissão (após a Cessão) não contou mais com garantia fidejussória da Fiadora ou terceiros.

- (i) 1ª série R\$232 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,18%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2018, amortização paga em uma parcela, no dia 15 de abril de 2018;
- (ii) 2ª série R\$368 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,42%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

2ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$800 milhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$240 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 0,79%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2018, amortização paga em três parcelas anuais, no dia 15 de outubro nos anos de 2016 a 2018;
- (ii) 2ª série R\$160 milhões, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,0%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2019, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2018 e 2019;
- (iii) 3ª série R\$400 milhões, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,35%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2020 a 2022.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

3ª Emissão

Em 18 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$215 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 114,0% do CDI *over*, pagos em duas parcelas semestrais e uma parcela trimestral, o primeiro pagamento foi em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 19 de fevereiro de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

4ª Emissão

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 12 de abril de 2025.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

5ª Emissão

Em 22 de junho de 2017, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$100 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 109,0% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 22 de dezembro de 2018.

Em 17 de dezembro de 2018, foi formalizado o 1ª aditivo à 5ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento para 22 de dezembro de 2019. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 114,85% do CDI *over*, pagos em 22 de dezembro de 2018 e junto com a amortização em 22 de dezembro de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

6ª Emissão

Em 14 de dezembro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$1.100 bilhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$319.550 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,0% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;

- (ii) 2ª série R\$750.450 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 110,25% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2022, amortização paga em duas parcelas anuais, em 15 de novembro de 2021 e 15 de novembro de 2022;
- (iii) 3ª série R\$30.000 milhões, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 6,0%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de novembro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2024, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2023 e 2024;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

7ª Emissão

Em 7 de julho de 2018, foi realizada a 7ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$350 milhões, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 7,4438% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de junho, o primeiro pagamento será em 15 de junho de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de junho de 2025, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de junho nos anos de 2024 e 2025;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

2ª emissão

Em 2 de junho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$80 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,50% do CDI *over*. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 2 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A emissão não requer a manutenção de índices financeiros (*covenants*).

3ª emissão

Em 23 de março de 2018, a Companhia aprovou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor R\$130.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 2 anos a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de abril de 2020. As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

4ª emissão

Em 27 de dezembro de 2018, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor R\$300.000. O

prazo de vencimento das Debêntures será de 3 anos a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2021. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 115,00% do CDI *over*. Os juros serão pagos semestralmente sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro, com primeiro vencimento em 15 de junho de 2019 e o último pagamento no vencimento. A amortização será paga em duas parcelas, em 15 de dezembro de 2020 e na data de vencimento 15 de dezembro de 2021.

As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel

Em 29 de março de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$900 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 119,0% do CDI, os juros serão pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de junho, setembro, dezembro e março, com primeiro vencimento em 15 de junho de 2018 e o último pagamento no vencimento e a amortização em parcela única na data de vencimento 15 de março de 2020.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Ecoporto Santos S.A.

Em 15 de junho de 2012, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$600 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescidos de 1,85% aa, pagos anualmente sempre no dia 15 dos meses de junho dos anos 2013 a 2019. A amortização do principal será paga em 6 parcelas anuais sempre no dia 15 de junho dos anos 2014 a 2019.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Eco135

Em 15 de agosto de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$225 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 117,50% do CDI *over*, pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro sendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2018 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 15 de agosto de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Primav Infraestrutura S.A.

Em 26 de dezembro de 2012, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações da Emissora, sem emissão de certificados, em série única com valor nominal de R\$878.000.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescidos de 3,50%a.a., pagos semestralmente nos meses de maio e novembro de cada ano. A amortização do principal será anualmente a partir de 20 de maio de 2018 até 20 de maio de 2022.

As Debêntures contam, como garantia real, a alienação fiduciária de ações de emissão da Ecorodovias I&L detidas pela Emissora, e negociadas na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão) sob o símbolo (*ticker*) "ECOR3".

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

31/12/2018						
	Controladora			Consolidado		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	-	-	-	-	(1.590)	(1.590)
2020	175.600	-	175.600	2.808.006	(10.588)	2.797.418
2021	219.500	-	219.500	1.059.690	(5.950)	1.053.740
2022	263.400	-	263.400	1.228.379	(3.084)	1.225.295
2023	-	-	-	346.907	(1.429)	345.478
2024	-	-	-	330.135	(574)	329.561
Posteriores a 2024	-	-	-	354.650	(584)	354.066
	<u>658.500</u>	<u>-</u>	<u>658.500</u>	<u>6.127.767</u>	<u>(23.799)</u>	<u>6.103.968</u>

31/12/2017						
	Controladora			Consolidado		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2018	-	-	-	-	(296)	(296)
2019	131.700	-	131.700	1.098.949	(7.583)	1.091.366
2020	175.600	-	175.600	1.298.009	(6.138)	1.291.871
2021	219.500	-	219.500	898.145	(5.231)	892.914
2022	263.400	-	263.400	1.206.762	(2.954)	1.203.808
2023	-	-	-	334.192	(1.246)	332.946
Posteriores a 2023	-	-	-	318.035	(54)	317.981
	<u>790.200</u>	<u>-</u>	<u>790.200</u>	<u>5.154.092</u>	<u>(23.502)</u>	<u>5.130.590</u>

A companhia possui contratos com Cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecocataratas	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	0,62x
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	≤ 3,5x > 2,0x	1,40x 9,41x
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida Dívida líquida Total/Ebitda ajustado Dívida Líquida / Ebitda ajustado	> 20% ≥ 1,20x ≤ 5,5x < 4,0x	36,06% 2,35x 4,04x 3,32x
Ecosul	1ª 2ª 3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x < 3,0x ≤ 3,5x	1,15x 1,15x 1,15x
Ecorodovias Concessões	1ª 2ª 3ª 4ª 5ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x < 3,5x > 2,0x ≤ 3,75x ≥ 2,0x ≤ 3,75x ≥ 2,5x ≤ 3,5x	2,40x 2,60x 5,16x 2,40x 5,61x 2,40x 5,61x 2,40x

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
		Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	5,61x
	6ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,40x
		Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	5,61x
	7ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,40x
Ecovia	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	0,35x
Eco135	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,40x
Ecorodoanel (Interveniente EIL)	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,15	2,71x
Ecorodoanel (ECS)		Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,40x
Ecoporto Santos (*)	1ª	Dívida líquido/Ebitda	< 3,0x	11,66x
		Ebitda/Despesa financeira líquida	> 3,0x	0,58x

(*) Índice amparado por carta fiança da controlada direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O *covenants* não financeiras prevê cláusula de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Ecorodovias Concessões e Serviços	1ª série	15/10/2012	240.000	(6.626)	233.374	CDI + 0,79% a.a.	11,55%a.a.
	2ª série	15/10/2012	160.000	(4.417)	155.583	5,00%+ IPCA a.a.	11,44%a.a.
	3ª série	15/10/2012	400.000	(11.043)	388.957	5,35%+ IPCA a.a.	11,28%a.a.
	2ª série	24/04/2015	368.000	(2.609)	365.391	CDI + 1,42% a.a.	12,03%a.a.
	Série única	18/11/2016	215.000	(248)	214.752	106,0% CDI	9,09%a.a.
	Série única	12/04/2017	300.000	(112)	299.888	105,5% CDI	6,98%a.a.
	Série única	22/06/2017	100.000	(198)	99.802	114,85% CDI	7,72%a.a.
	1ª/2ª/3ª série	14/12/2017	319.550	-	319.550	106,0% CDI	6,78%a.a.
Ecorodovias Infraestrutura e Logística			750.450	(2.908)	747.542	110,25% CDI	7,06%a.a.
			30.000	-	30.000	IPCA + 6,0% a.a.	10,27%a.a.
	Série única	04/07/2018	350.000	(1.972)	348.028	IPCA + 7,4438% a.a.	11,69%a.a.
	Série única	03/06/2017	80.000	(55)	79.945	105,5% CDI	7,18%a.a.
	Série única	13/04/2018	130.000	(1.167)	128.833	CDI + 1,25%	7,68%a.a.
	Série única	15/12/2018	300.000	(2.907)	297.093	115,0% CDI	7,36%a.a.
	1ª série	15/04/2013	200.000	(6.890)	193.110	IPCA + 3,80% a.a.	9,82%a.a.
	2ª série	15/04/2013	681.000	(23.462)	657.538	IPCA + 4,28% a.a.	9,77%a.a.
Ecopistas	1ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,68%a.a.
	2ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,82%a.a.
	3ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,78%a.a.
	4ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,69%a.a.
	1ª série	14/07/2017	100.000	(206)	99.794	105,0% do CDI	6,81%a.a.
	2ª série	14/12/2017	70.000	(144)	69.856	105,0% do CDI	6,75%a.a.
	3ª série	14/12/2017	40.000	(82)	39.918	105,0% do CDI	6,75%a.a.
	4ª série	14/12/2017	40.000	(82)	39.918	105,0% do CDI	6,75%a.a.
Eco101	Série única	30/06/2017	25.000	(242)	24.758	CDI + 2,56% a.a.	9,01%a.a.
Ecocataratas	Série única	17/05/2017	185.000	(481)	184.519	106,5% CDI	7,60%a.a.
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000	(258)	147.742	107,0% CDI	11,12%a.a.
Ecosul	Série única	17/01/2017	50.000	(122)	49.878	110,75% CDI	8,13%a.a.
Eco135	Série única	15/08/2018	225.000	(953)	224.999	117,5% CDI	7,51%a.a.
Ecosul	Série única	02/06/2017	50.000	(175)	49.825	107,0% CDI	7,28%a.a.
Ecovia	Série única	04/11/2014	143.000	(233)	142.767	106,5% CDI	11,93%a.a.
Ecorodoanel	Série única	29/03/2018	900.000	(3.722)	896.278	119,0% CDI	7,61%a.a.
Ecoporto Santos	Série única	15/06/2012	600.000	(4.267)	595.733	CDI + 1,85% a.a.	12,12%a.a.
Primav Infraestrutura	Série única	26/12/2012	790.200	-	790.200	CDI + 3,5% a.a.	13,18% a.a.
			<u>8.360.200</u>	<u>(88.601)</u>	<u>8.272.551</u>		

17. PARTES RELACIONADAS – CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Em 31 de dezembro de 2018 os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Consolidado	Natureza	Ativo		Passivo	Resultado	
		Circulante Clientes	Não circulante Intangível	Circulante	Receita	Custos e Despesas
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (a)	Outras partes relacionadas	47	-	-	822	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	12	-	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	127	-	-	-	-
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	52.148	2.618	-	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	4.252	107	-	-
CR Almeida S.A. Engenharia de Obras (e)	Outras partes relacionadas	-	5.797	-	-	-
SBS Engenharia e Construções S.A (f)	Outras partes relacionadas	-	24.042	-	-	-
A. Madeira Indústria e Comércio Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	-	9.006	-	-	-
Contek Engenharia S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	7.650	-	-	-
Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. (i)	Outras partes relacionadas	-	7.171	-	-	-
Incospal Construções Ltda. (j)	Outras partes relacionadas	-	739	-	-	-
Consórcio Baixada Santista (k)	Outras partes relacionadas	-	11.100	-	-	-
Consórcio MG135 (l)	Outras partes relacionadas	-	16.318	7.838	-	-
Consórcio Binário Porto de Santos (m)	Outras partes relacionadas	-	10.543	3.263	-	-
Consórcio Alças da Ponte (n)	Outras partes relacionadas	-	24.983	6.055	-	-
Vix Logística S.A. (o)	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	4.252
Unimar Transportes Ltda. (p)	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	3.951
Itínera Construções Ltda. (q)	Outras partes relacionadas	-	-	-	2	-
Elog S.A. (r)	Outras partes relacionadas	-	-	-	1.026	-
Total em 31 de dezembro de 2018		186	173.749	19.881	1.850	8.203
Total em 31 de dezembro de 2017		583	290.677	15.610	-	12.223

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) A controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$886, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços já realizados em 31 de dezembro de 2018 é de R\$47, (de serviços já realizados) com vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) Refere-se a troca de Numerários entre as controladas Ecopátio Cubatão e Ecopistas.
- (c) Refere-se ao compartilhamento de despesas administrativas entre as controladas Ecoporto Santos e Ecopátio Cubatão.
- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controlada pela Primav Construções e Comércio S/A que tem controle compartilhado na Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$124.830. O prazo para execução desses será até 31 de maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2018, os saldos em aberto a pagar de R\$2.725 (de serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (e) A CR Almeida Engenharia e Obras S.A., controlada pela Primav Construções e Comércio S/A que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, foi contratada para a execução obra do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto trecho Taubaté/SP125 especificadamente os lotes 02 e 03 da controlada indireta Ecopistas. O valor do contrato é de R\$120.779. O prazo para execução dos serviços foi 31 de março de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, não há saldo em aberto a pagar (de serviços já realizados).
- (f) A SBS Engenharia S.A. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Grant Concessões e Participações, que possuía 14,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., não há saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018.
- (g) A A. Madeira Ind. e Com. Ltda. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
- (h) A Contek Engenharia S.A. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., não há saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018.
- (i) A Engenharia e Construções Araribóia Ltda. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
- (j) A Incospal Construções Ltda. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital

social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., não há saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018.

- (k) O Consórcio Baixada Santista, pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itínera Construções Ltda., prestou serviços de execução de serviços de implantação de acesso na SP-150 Rodovia Anchieta pista norte KM 56. O preço global firmado foi de R\$22.899. O prazo de execução desses serviços foi em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018 não há saldos a pagar em aberto (de serviços já realizados).
- (l) O Consórcio MG-135, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itínera Construções Ltda., presta serviço de execução da infraestrutura das 06(seis) Praças de Pedágios a serem implantadas nas rodovias sob concessão da Controlada. O preço global firmado é de R\$25.878 e o prazo final para execução destes serviços é 01 de março de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em aberto de R\$7.838 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (m) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itínera Construções Ltda., presta serviço de implantação da conexão Porto-Cidade entre o KM 60 e KM 65+600 da SP 150, municípios de Santos e Cubatão. O preço global firmado é de R\$184.837 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em aberto de R\$3.263 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (n) O Consórcio Alças da Ponte, presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a Ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do rio de janeiro. O preço global firmado é de R\$228.605. O prazo de execução desses serviços é em 31 de março de 2020. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo em aberto a pagar de R\$6.055, (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (o) A Vix Logística Ltda. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., não há saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018.
- (p) A Unimar Transportes Ltda. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., não há saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018.
- (q) A controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. prestou serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para a parte relacionada Itínera Construções Ltda., até 28 de fevereiro de 2018.
- (r) A controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. prestou serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para a então controlada Elog S.A. até 30 de abril de 2018.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

18. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO – CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 6,91% a 12,33% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adição (custo)</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2018</u>
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 25)	1.142.368	185.823	-	-	1.328.191
Efeito do valor presente sobre constituição	(232.403)	(42.809)	-	-	(275.212)
Realização da manutenção	(809.532)	-	(120.376)	-	(929.908)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 26)	<u>169.191</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.213</u>	<u>197.404</u>
	<u>269.624</u>	<u>143.014</u>	<u>(120.376)</u>	<u>28.213</u>	<u>320.475</u>
Circulante	90.503				79.074
Não circulante	179.121				241.401

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição (custo)</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2017</u>
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 25)	1.002.111	140.257	-	-	1.142.368
Efeito do valor presente sobre a constituição	(210.773)	(21.630)	-	-	(232.403)
Realização da manutenção	(662.515)	-	(147.017)	-	(809.532)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 26)	<u>139.249</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.942</u>	<u>169.191</u>
	<u>268.072</u>	<u>118.627</u>	<u>(147.017)</u>	<u>29.942</u>	<u>269.624</u>
Circulante	87.531				90.503
Não circulante	180.541				179.121

19. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS – CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2018
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	31.180	-	-	149.155
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	(2.213)	-	-	(23.540)
Realização da construção	(47.321)	-	(482)	-	(47.803)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 26)	15.939	-	-	3.116	19.055
	<u>65.266</u>	<u>28.967</u>	<u>(482)</u>	<u>3.116</u>	<u>96.867</u>
Circulante	57.568				71.841
Não circulante	7.698				25.026

	31/12/2016	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2017
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(35.867)	(11.454)	-	(47.321)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº26)	11.111	-	4.828	15.939
	<u>71.892</u>	<u>(11.454)</u>	<u>4.828</u>	<u>65.266</u>
Circulante	38.124			57.568
Não circulante	33.768			7.698

20. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO

I) Verbas fixas e variáveis

	31/12/2018	31/12/2017
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	-	6.330
Variável - Ecovias (b)	1.482	1.500
Variável - Ecopistas (b)	445	412
Outras Ecovia - Verba de fiscalização (c)	278	257
Outras Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (d)	587	466
Variável - Ecosul (e)	232	214
Outras Ecocataratas - Verba de fiscalização (f)	325	302
Taxa de fiscalização - Ecoponte (g)	276	269
Taxa de fiscalização - Eco101 (h)	532	518
Outras Ecocataratas - PRE/PRF (i)	2.663	2.794
Outras Ecoporto - Taxas CODESP (j)	977	426
Outras Termares - Taxas CODESP (j)	114	-
Fixas - Eco135 (k)	<u>767.527</u>	<u>-</u>
	<u>775.438</u>	<u>13.488</u>
Circulante	10.608	13.488
Não circulante	764.830	-

- (a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo foi pago em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos desde o mês de início de arrecadação, reajustados anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em maio de 2018, a controlada indireta Ecovias efetuou o pagamento da última parcela do ônus.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente considerando uma taxa de desconto de 9,50% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries da primeira emissão das debêntures, também com atualização monetária pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o desconto de R\$0 (R\$1.063 em 31 de dezembro de 2017), somado à atualização monetária do direito de outorga de R\$50 (R\$157, credor, em 31 de dezembro de 2017), e foi totalizado o valor líquido de R\$50 (R\$1.220, credor, em 31 de dezembro de 2017) de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

- (b) A parcela variável das controladas indiretas Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- (c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2018, o valor atualizado mensal é de R\$277 (R\$257 em 31 de dezembro de 2017).
- (d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada indireta Ecovia.
- (e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- (f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2018, a parcela reajustada é de R\$325 (R\$302 em 31 de dezembro de 2017).
- (g) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2018, o valor atualizado é de R\$276 (R\$269 em 31 de dezembro de 2017).
- (h) Taxa de fiscalização da controlada indireta Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2018, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$532 (R\$518 em 31 de dezembro de 2017).
- (i) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia.
- (j) Referem-se ao pagamento de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo – CODESP, das controladas Ecoporto Santos e Termares, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.
- (k) Conforme contrato de concessão da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 mil com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 – Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7%a.a. no valor de R\$1.605.947.

Adicionalmente, as controladas indiretas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

As controladas indiretas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

A movimentação das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	13.488	32.441
Adição principal (*)	2.312.752	-
AVP da constituição (*)	(1.605.947)	-
Custo (vide Nota Explicativa nº 25)	61.183	54.177
Intangível (***)	2.223	-
Variação monetária sobre Obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 26)	(50)	(1.220)
Realização do AVP (**)	34.980	-
Custos financeiros capitalizados (**)	25.743	-
Pagamento do principal	(68.934)	(71.910)
Saldo no final do exercício	<u>775.438</u>	<u>13.488</u>

(*) Refere-se ao contrato de concessão da Controlada Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

(**) Conforme item 32 do Pronunciamento técnico CPC04 – Ativos Intangíveis, a controlada Eco135 está capitalizando os custos financeiros até a data do início da cobrança de pedágio.

(***) Valores provisionados mensalmente no Intangível (obrigação contratual) e são contemplados na linha de pagamentos, porém não possui efeito no caixa.

II) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A concessionária também é responsável pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir:

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista administrando 176,8 quilômetros de extensão.

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária tem como objeto exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas.

Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
 - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária tem como objeto a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.
- Verba de fiscalização ANTT: a concessionária deverá recolher a ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.
- Verba de segurança no trânsito: a concessionária deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados a prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;
- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2018, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos relativos a Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

31/12/2018							
Previsão ao fim do prazo de concessão							
Natureza dos custos	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte
Melhorias na infraestrutura	61.976	169.068	277.598	47.595	78.657	1.557.704	578.503
Conservação especial (manutenção)	27.147	68.280	179.458	153.410	428.813	682.198	427.050
Equipamentos	10.977	37.515	54.393	9.075	231.126	355.576	86.959
Total	<u>100.100</u>	<u>274.863</u>	<u>511.449</u>	<u>210.080</u>	<u>738.596</u>	<u>2.595.478</u>	<u>1.092.512</u>

31/12/2017							
Previsão ao fim do prazo de concessão							
Natureza dos custos	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte
Melhorias na infraestrutura	64.373	229.019	89.439	72.787	63.522	1.657.807	611.686
Conservação especial (manutenção)	44.384	66.950	223.586	194.627	385.860	562.604	417.870
Equipamentos	<u>11.090</u>	<u>37.114</u>	<u>53.000</u>	<u>8.747</u>	<u>225.202</u>	<u>343.021</u>	<u>86.332</u>
Total	<u>119.847</u>	<u>333.083</u>	<u>366.025</u>	<u>276.161</u>	<u>674.584</u>	<u>2.563.432</u>	<u>1.115.888</u>

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável a Ecopistas, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas.

Em 24 de abril de 2018, a Ecovias dos Imigrantes assinou com Artesp um aditivo contratual, que incluiu obras no valor de R\$270 milhões no contrato de concessão, que será reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, com extensão do prazo da concessão em 7 meses e 24 dias.

21. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DA ECOVIA, ECOCATARATAS E ECOPORTO SANTOS

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Não há julgamento final ainda.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 6 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas

Acerca do inquérito policial no 5002963-29.2015.404.7013 e do inquérito policial relacionado a promulgação da Medida Provisória 752/2016, a Companhia informa que ambas investigações estão sendo conduzidas atualmente pela 23ª Vara Federal de Curitiba/PR, após declínio de competência do juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, pois os fatos em investigação não estão vinculados a atribuição exclusiva daquela vara para apuração de irregularidades. Com relação as buscas e apreensões para obter informações sobre as subsidiárias da Companhia Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas, prisão temporária de 1 (um) diretor superintendente e preventiva de 1 (um) colaborador (ambos já em liberdade e afastados dos seus cargos) cujas ordens emanaram do processo de busca e apreensão no 5036128-042.2018.4.04.7000, a Companhia informa que foi oferecida e aceita denúncia contra estes dois executivos nos autos da ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000 em curso perante a 23ª Vara Federal de Curitiba/PR. As subsidiárias Concessionária Ecovia Caminho do Mar, Rodovia das Cataratas – Ecocataratas e Ecorodovias Concessões e Serviços informam que não foram objeto de denuncia em ação penal, apenas seus executivos afastados, havendo pedido do Ministério Público Federal de fixação de montante mínimo para reparação de danos, estimado para a Ecovia a importância de R\$200.499.632 e para a Ecocataratas a importância de R\$935.476.590. A Companhia e suas investidas estão sujeitas às Leis 8.429/92 e 12.846/13 e, se os fatos veiculados se provarem verdadeiros, eventuais penalidades poderão ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia e suas investidas. A Companhia está atualmente apurando os fatos alegados na denúncia e consultando seus assessores legais, a fim de avaliar, quanto a potenciais ações que eventualmente venham a ser apresentadas no futuro, os riscos envolvidos, as possíveis alternativas e argumentos de defesa. Entretanto, no momento, não é possível determinar uma perda provável decorrente de obrigação presente advinda de evento passado ou mensurar de forma precisa o eventual risco envolvido. Isso tendo em vista que, entre outros fatores: (i) o Ministério Público Federal não entrou com ação contra a Companhia ou suas subsidiárias com base nos eventos acima mencionados; e (ii) não está claro, até o momento, em qual medida as alegações do Ministério Público Federal estão corretas e quais pedidos e evidências seriam utilizados para embasar as alegações. No complemento dos procedimentos internos realizados pela administração da Companhia em conformidade com o Comitê Corporativo de Gestão de Crises, o Conselho de Administração, cumprindo com seu dever de diligência, aprovou em 7 de março de 2018 a criação de um Comitê Independente para reporte direto ao Conselho de Administração, com as seguintes responsabilidades: (a) apurar, com independência, cautela e responsabilidade, de maneira justa e imparcial, as alegações feitas contra a Companhia e suas subsidiárias, (b) realizar a contratação de empresa externa, independente e especializada para auxiliar na investigação interna dos fatos indicados no item anterior, (c) aprovar o plano de investigação, (d) receber e analisar as informações encaminhadas pela equipe responsável pela investigação, seja ela interna ou externa, (e) assegurar que a investigação seja conduzida de forma independente, zelando para que esta não seja impedida ou obstruída, (f) analisar e reportar ao Conselho de Administração as recomendações feitas pela equipe responsável pela investigação, (g) autorizar a equipe responsável pela investigação a se comunicar com autoridades competentes, inclusive reguladoras, para sanar dúvidas ou fazer questionamentos, (h) elaborar relatório final referente aos achados da investigação, bem como as recomendações do Comitê em relação as políticas internas e procedimentos relativos a investigação, assim como as medidas disciplinares e/ou legais cabíveis. Para o cumprimento do item b acima, a Companhia informou que de acordo com Ata da Reunião de Conselho da Administração realizada em 16 de abril de 2018, foi deliberada a

contratação de empresas renomadas. O Comitê Independente procurou assegurar que a apuração empregasse metodologia de investigação forense reconhecida pelo mercado e que os trabalhos fossem conduzidos de forma abrangente e sem obstáculos, tendo resultado na análise de aproximadamente 19.000 documentos, 230.000 arquivos eletrônicos, 170 relatórios de integridade e 248 testes de transação. Acerca do desenvolvimento dos trabalhos de investigação independente, a Companhia informa que foram concluídos com a apresentação em 07 de fevereiro de 2019 do relatório final ao Conselho de Administração, com apoio dos representantes dos renomados escritórios contratados. Os trabalhos do Comitê Independente foram inconclusivos em relação a existência de ilicitudes apontadas nas alegações do Ministério Público Federal e não indicaram o cabimento de medidas judiciais ou disciplinares. Ainda, o Comitê Independente alertou que o desdobramento das investigações do Ministério Público Federal poderá apresentar novas informações que, por sua vez, poderão potencialmente resultar em novas alegações ou evidências. O Comitê Independente encerrou seus trabalhos e foi dissolvido em 15 de fevereiro de 2019. Diante desse cenário, neste momento a Companhia não dispõe de elementos que a possibilitem identificar a existência ou não de potencial perda relacionada a esses eventos.

Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPAC, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. O Ecoporto Santos requereu a prorrogação antecipada do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente, cujo processo administrativo deverá continuar a tramitar nos respectivos órgãos. No que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na legislação e regulamentação setorial (art. 57 da Lei nº 12.815/2013, Decreto 8.033/2013, conforme alterados, Portaria nº 349/2014 da SEP e Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ), sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. Em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de reconhecimento do direito de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da regulamentação setorial, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção das atividades será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. As duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104 (1ª Vara Federal da Subseção de Santos) foram encerradas e extintas. Foi homologado Termo de Acordo Judicial firmado entre Ministério Público Federal da 3ª Região, Companhia Docas do Estado de São Paulo, Ecoporto Santos S.A., Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e Município de Santos - MTPAC, por meio do qual se pôs fim a discussão relativa à validade do Contrato e seus aditivos. O acordo significa a estabilização do contrato de arrendamento e a necessária manutenção dos serviços públicos portuários prestados pelo Ecoporto. Há decisões proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

22. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS – CONSOLIDADO

Política contábil

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, podem resultar em efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Valor justo PPA (*)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	153.329	33.695	10.184	2.250	199.458
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(1.244)	9.212	(3.899)	(850)	3.219
(-) Pagamentos	(6.414)	(17.910)	(1)	-	(24.325)
(+) Atualização monetária	5.613	3.106	(206)	-	8.513
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>151.284</u>	<u>28.103</u>	<u>6.078</u>	<u>1.400</u>	<u>186.865</u>

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Valor justo PPA (*)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	146.521	26.623	9.224	4.142	186.510
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	545	9.996	(256)	(1.892)	8.393
(-) Pagamentos	(9.022)	(7.273)	-	-	(16.295)
(+) Atualização monetária	15.285	4.349	1.216	-	20.850
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>153.329</u>	<u>33.695</u>	<u>10.184</u>	<u>2.250</u>	<u>199.458</u>

(*) Para fins de consolidação, a Companhia retornou os valores justos de PPA as rubricas de origem.

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$602.255 em 31 de dezembro de 2018 (R\$530.826 em 31 de dezembro de 2017), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas classificadas como prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

- (i) A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Ecovias não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$ 3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando correção monetária de acordo com

proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 30 de setembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 51.649 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 49.405), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

- (ii) A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar (THC – Terminal Handling Charge) visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Atualmente, aguarda-se julgamento de embargos de declaração ao acórdão de apelação, para posterior apresentação de recursos aos Tribunais Superiores. Em 31 de dezembro de 2018, o valor contingenciado é de R\$ 79.553 (R\$76.719 em 31 de dezembro de 2017). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.
- (iii) Washington Barbeito de Vasconcellos, Zardust Empreendimentos Marítimos Ltda., Agnes Dagmar Bullentini Barbeito de Vasconcellos e Yuri Bullentini Barbeito de Vasconcellos ("Autores") ajuizaram ação contra a Companhia e suas controladas Ecoporto Transporte Ltda. ("Ecoporto Transporte"), Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos") e Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda. ("Termares"). Também constam como réus da ação Aba Infra-Estrutura e Logística Ltda. ("Aba") e FCA Comércio Exterior e Logística Ltda. ("FCA"). Os autores pleiteiam que os réus sejam condenados a pagar aproximadamente R\$175.822 em 31 de dezembro de 2018 (R\$164.670 em 31 de dezembro de 2017), a título de "prêmio pela venda do controle do COMPLEXO TECONDI", o que supostamente corresponderia a 50% de um sobrepreço que seus antigos sócios ("Aba") e ("FCA") receberam da Companhia pela venda do Ecoporto Santos. Os autores pleiteiam também que os Réus sejam obrigados a liberar parte do preço de venda já pago e retido em conta garantia, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2018 de R\$112.082, (R\$111.586 em 31 de dezembro de 2017), sob o argumento de que não teria fundamento jurídico para tal retenção, acrescido de multa contratual na ordem de R\$7.846 (R\$7.811 em 31 de dezembro de 2017). Em 27 de julho de 2015, a Companhia apresentou contestação em conjunto com suas controladas. Na sequência, houve apresentação de réplica e trélicas. Não houve conciliação na audiência designada e atualmente aguarda-se o início da prova pericial contábil. Com base na avaliação dos advogados constituídos para o caso, a Companhia tem confiança de que obterá êxito na ação, a qual tem perda classificada como possível. Em 31 de dezembro de 2018 o valor pleiteado é de R\$370.704, sendo R\$112.082 a liberação do Scrow account (R\$334.877 em 31 de dezembro de 2017).

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2018, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$84.125 (R\$115.828 em 31 de dezembro de 2017), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada indireta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2018, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$183.445 (R\$158.746 em 31 de dezembro de 2017), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

O principal processo tributário é conforme segue:

Processo na controlada indireta Ecocataratas classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 2 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, pendente de julgamento. O valor correspondente à discussão, em 31 de dezembro de 2018 é de R\$128.386 (31 de dezembro de 2017 é de R\$121.739).

Acerca das notícias veiculadas na mídia referentes à apuração de compra de medida provisória pela Operação Zelotes, a Companhia informa ter regularmente buscado defender o interesse institucional da Elog, empresa de logística à época integrante do grupo, de abrir o mercado de recintos alfandegados para livre concorrência com a realocação para áreas de maior demanda desses serviços de logística. Em complemento, a Companhia informa que o escritório Spindola Palmeira e a empresa LBS Consultoria e Participações Ltda. foram contratados para elaboração de consultas e opiniões legais relativas a matérias tributárias e previdenciárias e para consultorias em questões aduaneiras e tributária. Em resposta ao Ministério Público Federal referente ao procedimento investigatório no. 1.16.000.002352/2018-11, a Companhia apresentou as informações solicitadas sobre as contratações com o escritório Spindola Palmeira e com a empresa LBS Consultoria e Participações.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$803.004 representados por 334.291.086 ações sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.224.010, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

c) Participações dos acionistas não controladores

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	333.971	252.626
Distribuição minoritários		(83.323)
Aporte		4.638
Lucro líquido do exercício	142.491	160.030
Reserva de capital – plano de opções	86	-
Aquisição de participação	(103.420)	-
Pagamento de dividendos	(142.541)	-
Saldo no final do exercício	<u>230.587</u>	<u>333.971</u>

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro/ (prejuízo) do exercício	118.278	87.026
Constituição de reserva legal	(5.914)	(4.351)
Dividendos obrigatórios	(28.091)	(20.669)
Dividendos adicionais propostos	(84.273)	(62.006)

24. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADO

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

- b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

As receitas auferidas pelas controladas diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos, Ecoporto Transportes e Termares.

- d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- e) Referem-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias e para Elog S.A.

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017 Ajustado (*)
Receitas com arrecadação de pedágio (a)	2.528.660	2.533.994
Receitas de construção (b)	653.066	586.536
Receitas portuárias (c)	355.416	276.632
Receitas acessórias (d)	95.021	92.006
Receitas de prestação de serviços <i>intercompany</i> (e)	1.850	3.740
Receita bruta total	<u>3.634.013</u>	<u>3.492.908</u>
Deduções de receita	(292.239)	(292.204)
Deduções do reconhecimento da receita (*)	<u>(172.507)</u>	<u>(134.345)</u>
Receita líquida	<u>3.169.267</u>	<u>3.066.359</u>

- (*) De acordo com o CPC47 Receita de Contratos com Clientes, a Companhia efetuou as reclassificações de contraprestação variável e abatimento por volume divulgada anteriormente em despesas com vendas (vide Nota Explicativa nº 3).

	31/12/2018	31/12/2017
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	2.528.660	2.533.994
Receitas portuárias	355.416	276.632
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	<u>96.871</u>	<u>95.746</u>
	2.980.947	2.906.372
<u>Deduções</u>		
COFINS (i)	(119.748)	(114.503)
PIS (ii)	(25.952)	(24.808)
ISS (iii)	(146.362)	(141.559)
Outros – ICMS	(4)	(1)
Dedução do reconhecimento da receita (*)	(172.507)	(134.345)
Abatimentos	<u>(173)</u>	<u>(11.333)</u>
	<u>(464.746)</u>	<u>(426.549)</u>

- (*) De acordo com as novas exigências do CPC47 Receita de Contratos com Clientes, a Companhia efetuou as reclassificações de contraprestação variável e abatimento por volume divulgada anteriormente em despesas com vendas (vide Nota Explicativa nº 3).

- (i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%.
- (ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%.
- (iii) Alíquota de média de 4,8%.

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	-	-	321.581	331.063
Conservação e manutenção e outros	-	-	85.586	81.665
Serviços de terceiros (*)	553	864	186.937	174.068
Seguros	16	16	14.774	16.399
Depreciações e amortizações (Vide notas explicativas nº 12 e nº 13)	-	-	498.054	486.843
Poder concedente (vide Nota Explicativa nº 20)	-	-	61.183	54.177
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	-	-	33.404	33.277
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 18)	-	-	143.014	118.627
Custo de construção de obras	-	-	653.065	586.536
Outros custos e despesas operacionais	369	299	66.164	58.084
	<u>938</u>	<u>1.179</u>	<u>2.063.762</u>	<u>1.940.739</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	1.780.015	1.647.327
Despesas gerais e administrativas	938	1.179	283.747	293.412

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	2.528	1.424	142.916	67.638
Variação cambial s/ empréstimos e financiamentos	-	-	15.596	10.460
Juros capitalizados	-	-	27.680	18.472
Atualização monetária de créditos fiscais	-	-	5.800	14.409
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	50	1.220
Variação monetária sobre debêntures	-	-	26.607	11.571
Outras	16	-	18.525	532
	<u>2.544</u>	<u>1.424</u>	<u>237.174</u>	<u>124.302</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(28.828)	(30.920)	(425.816)	(360.432)
Variação monetária sobre debêntures	(52.614)	(86.347)	(174.728)	(164.513)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	-	(13.347)	(10.216)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(52.880)	(58.224)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(33.228)	(19.987)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	-	-
Ajuste a valor presente - prov. manut. e custos com construção de obras	-	-	(31.329)	(34.770)
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	-	-	(9.041)	(20.263)
Outras	(139)	(68)	(36.587)	(27.242)
	<u>(81.581)</u>	<u>(117.335)</u>	<u>(776.956)</u>	<u>(695.647)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(79.037)</u>	<u>(115.911)</u>	<u>(539.782)</u>	<u>(571.345)</u>

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Dívida (a)	798.713	888.126	9.082.659	6.900.230
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(106.363)	(34.962)	(2.834.183)	(1.712.777)
Dívida líquida	692.350	853.164	6.248.476	5.187.453
Patrimônio líquido (b)	970.766	877.753	1.201.353	1.211.724
Índice de endividamento líquido	0,71	0,97	5,20	4,28

- (a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas notas explicativas nº 15, nº 16 e nº 20.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 99,7% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (98,6% em 31 de dezembro de 2017), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado, conforme demonstrado nas notas explicativas nºs 15, 16 e 20.

Valor justo de ativos e passivos financeiros – consolidado

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos	Valor justo através do resultado	68.713	68.713
Clientes (a)	Custo amortizado	138.338	138.338
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Valor justo através do resultado	2.765.470	2.765.470
Passivos:			
Fornecedores (a)	Custo amortizado	100.708	100.708
Empréstimos e financiamentos (c)	Custo amortizado	645.741	645.741
Debêntures (c)	Custo amortizado	7.661.480	7.661.480
Obrigações com Poder Concedente (d)	Custo amortizado	775.438	775.438
Phantom Stock Option (e)	Custo amortizado	8.851	8.851

- (a) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

- (b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (d) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".
- (e) O valor do Phantom Stock Option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas por algumas controladas da Companhia, com as quais possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor em moeda estrangeira - Finimp é conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ecoporto Santos S.A. - USD	<u>22.429</u>	<u>27.047</u>

ii) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$84.737 (R\$102.928 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures – Ecovia	106,5% CDI	165.611	-	-	-
Debêntures – Ecosul	107,0% CDI	30.950	152.389	-	-
Debêntures – Ecosul	110,75% CDI	3.632	51.582	-	-
Debêntures – Ecosul	107,0% CDI	10.080	51.669	-	-
Debêntures Privadas – EIL	105,5% CDI	15.882	82.625	-	-
Debêntures – EIL	CDI + 1,25%a.a.	11.913	132.760	-	-
Debêntures – ECS	CDI + 1,42%a.a.	208.273	188.112	-	-
Debêntures – ECS	106,0% CDI	228.791	-	-	-
Debêntures Privadas – ECS	105,5% CDI	64.998	24.586	26.242	399.360
Debêntures – ECS	114,85% CDI	107.385	-	-	-
Debêntures – ECS	106,0% CDI	23.960	338.142	-	-
Debêntures – ECS	110,25% CDI	58.560	51.992	423.847	397.956
Debêntures – ECS	IPCA + 6,0%a.a.	2.179	2.023	2.106	44.134
Debêntures – ECS	IPCA + 7,4438%a.a.	40.292	28.566	29.726	546.609
Debêntures – Eco101	CDI + 2,56%a.a.	2.239	26.080	-	-
BNDES – Ecoponte	TJLP + 3,48%a.a.	6.795	6.823	6.847	73.412
BNDES – Ecoponte	TJLP + 3,48%a.a.	2.994	3.825	3.825	42.073
Debêntures Privadas Ecopistas	105,0% CDI	18.360	7.933	8.465	134.681
Debêntures Privadas Ecopistas	105,5% CDI	21.539	11.555	12.333	208.135
Debêntures – Ecoporto Santos	CDI + 1,85%a.a.	129.997	-	-	-
Debêntures – Ecocataratas	106,5% CDI	214.174	-	-	-
Debêntures – Ecorodoanel	119,0% CDI	69.696	913.586	-	-
Debêntures – Eco135	117,5% CDI	18.578	235.320	-	-
BNDES – Ecopistas	TJLP + 2,45a.a.	35.454	33.096	19.822	19.658
BNDES – Eco101	TJLP + 3,84a.a.	26.464	26.464	26.464	185.247
BNDES – Eco101	TJLP + 3,84a.a.	26.697	26.713	26.712	227.057
Debêntures – ECS	IPCA + 5,00%a.a.	125.328	-	-	-
Debêntures – Ecopistas	IPCA + 8,25%a.a.	125.672	124.184	150.246	119.724
Debêntures – ECS	IPCA + 5,35%a.a.	38.561	238.015	236.078	233.710
Debêntures – Ecovias	IPCA + 3,80%a.a.	155.214	148.028	-	-
Debêntures – Ecovias	IPCA + 4,28%a.a.	70.782	43.705	45.465	1.185.596
BNDES – Ecopistas	IPCA + 2,45% a.a.	7.078	6.677	6.253	14.150
Empréstimos e Financiamentos Eco101	21,27%a.a.	122	-	-	-
Finame Ecosul	6,00%a.a.	55	48	-	-
Finame – Ecocataratas	6,00%a.a.	212	92	-	-
Finame – Ecocataratas	2,50%a.a.	48	46	45	37
Finame – Ecoporto Santos	6,00%a.a.	1.912	1.147	-	-
Finimp – Ecoporto Santos	Libor6M+VC+2,00%a.a.	22.916	21.999	21.055	29.827
Debêntures – Primav Infraestrutura	CDI + 3,5%a.a.	203.998	243.481	264.768	278.978
		<u>2.297.391</u>	<u>3.223.263</u>	<u>1.310.299</u>	<u>4.140.344</u>

Análise de sensibilidade*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e Libor, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	98.493	123.116	147.739
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(603.296)	(695.644)	(787.227)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(199.879)	(202.905)	(205.949)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da IPCA	(3.101)	(3.876)	(4.652)
Juros sobre obrigações com Poder Concedente (b)	Alta da IPCA	(1.657)	(2.072)	(2.486)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(47.073)	(57.668)	(68.262)
Empréstimos e financiamentos USD (d)	Alta do USD	(3.894)	(5.585)	(7.564)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(760.407)</u>	<u>(844.634)</u>	<u>(928.401)</u>

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2018 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor, que são seis meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	8,0%	10,0%	12,0%
IPCA (b)	4,0%	5,0%	6,0%
TJLP (c)	7,0%	8,7%	10,5%
USD (d)	3,8	4,6	5,7

Fonte: Focus Relatório de Mercado – Expectativas de mercado, 28 de dezembro de 2018.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

28. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – CONSOLIDADO

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 7.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se a transações na venda de participação da Elog S.A. no montante de R\$3.494, detalhada na Nota Explicativa nº 6.b).

c) Efeito não caixa

Em 19 de junho de 2018, a controlada indireta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., registrou no valor de R\$ 706.805 (R\$767.527 em 31 de dezembro de 2018, devido à realização de AVP e atualização monetária) o direito de outorga da Concessão em contrapartida com Obrigações com Poder Concedente.

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada indireta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., registrou no valor de R\$ 28.967 a provisão de construção de obras futuras da concessão em contrapartida com intangível.

Em 31 de dezembro de 2018, a controladora direta Ecoporto Santos contabilizou o acordo com Ministério Público no valor total de R\$ 25.000 e R\$888 de despesas adicionais a execução das obras.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18 de fevereiro de 2019, a Companhia através de sua controlada direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística informou ao mercado que sua controlada indireta Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto") retomou as operações regulares de navios no cais por meio da parceria com o armador italiano Grimaldi.

O serviço, dedicado à movimentação de contêineres, cargas rolantes, veículos e Break Bulk, consolida o terminal como referência nas operações de navios multipropósito no porto santista. O terminal também é líder no mercado de armazenagem de cargas fracionadas (LCL – Less than Container Load). A previsão é que o Ecoporto atenda até seis escalas mensais de navios de exportação e importação, já no mês de fevereiro.

Essas embarcações navegam pela rota Europa/África/América do Sul e atracam em aproximadamente 15 portos pelo mundo como, por exemplo, Hamburgo, Antuérpia, Lisboa, Dakar, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Buenos Aires e Montevideo. O prazo do contrato é de 24 meses, com início em fevereiro de 2019 e término em janeiro de 2021.

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A conclusão e emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 14 de março de 2019.
